



DIÁRIO da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE NOVEMBRO DE 1985

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Fernando Monteiro do Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 José Carlos Pinto Basto da Mota Torres
 Rui de Sá e Cunha
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) apresentou o Programa do X Governo Constitucional e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Maria Santos (Indep. Os Verdes), José Manuel Tengarrinha, Raul Castro e João Correedor da Fonseca (MDP/CDE), Gomes de Pinho, Nogueira de Brito, Cruz Vilaça e Luís Beiroco (CDS), Jerónimo de Sousa (PCP), Correia Gago, Ivo Pinho, Roberto Amaral, José Carlos de Vasconcelos, Medeiros Ferreira, Marques Mendes, António Feu e Pegado Liz (PRD), Jaime Gama e Luís Filipe Madeira (PS), Lopes Cardoso (Indep. — UEDS) e Amândio de Azevedo (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
 Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
 Alípio Barros Pereira Dias.
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amândio Basto Oliveira.
 Amândio dos Anjos Gomes.
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.
 António Branco Malveiro.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Barbosa de Azevedo.
 António Machado Lourenço.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António José Baptista Cardoso Cunha.

António Manuel Lopes Tavares.
 Arlindo Moreira.
 Arménio Jerónimo Martins Matias.
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
 Aurora Margarida Borges de Carvalho.
 Belarmino Henriques Correia.
 Cândido Alberto Alencastre Pereira.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cipriano Rodrigues Martins.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Russo R. Correia Afonso.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando T. Matos Vasconcelos.
 Fernando Reis Condesso.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Mendes Costa.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Henrique Rodrigues da Mata.
 João Domingos Fernandes de A. Salgado.
 João Álvaro Poças Santos.
 João José Pedreira de Matos.
 João Luís Malato Correia.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 Joaquim Carneiro de Barros Domingues.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim da Silva Martins.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Assunção Marques.

José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Filipe de Ataíde de Carvalhosa.
 José Francisco Amaral.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 José Mendes Bota.
 José Mendes Melo Alves.
 José Pereira Lopes.
 José da Silva Domingos.
 José de Vargas Bulcão.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís António Martins.
 Luís Jorge Cabral Tavares Lima.
 Manuel Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Miguel C. Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Rui Alberto Salvada.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Vasco Silva Garcia.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
 António Almeida Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Frederico Vieira de Moura.
 António Gonçalves Janeiro.
 António Manuel Ferreira Vitorino.
 António Miguel de Moraes Barreto.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães Silva.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Montez Melancia.
 Fernando Manuel dos Santos Gomes.
 Helena Torres Marques.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Joaquim Jorge de Pinho Campinos.
 Jorge Alberto dos Santos Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Manuel Branco Sampaio.
 José Barbosa Mota.

José Carlos Pinto B. da Mota Torres.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José dos Santos Gonçalves Frazão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Manuel Gouveia B. Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Agostinho Correia de Sousa.
 Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
 Ana da Graça C. Gonçalves C. Antunes.
 Aníbal José da Costa Campos.
 António Alves Marques Júnior.
 António Eduardo A. de Sousa Pereira.
 António Fernando Rodrigues Costa.
 António José Fernandes.
 António José Marques Mendes.
 António Lopes Marques.
 António Magalhães de Barros Feu.
 Arménio Ramos de Carvalho.
 Carlos Alberto da S. Narciso Martins.
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
 Carlos Jorge Mendes Corrêa Gago.
 Bártnolo de Paiva Campos.
 Eurico Lemos Pires.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Francisco Armando Fernandes.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Ivo Jorge de Almeida dos S. Pinho.
 João Barros Madeira.
 João Teixeira Leão de Meireles.
 Joaquim Carmélio Lobo.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. Mota.
 Jorge Pegado Liz.
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.
 José Caeiro Passinhos.
 José Carlos Torres Matos de Vasconcelos.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José Manuel de Medeiros Ferreira.
 Manuel dos Santos Messias Silvestre.
 Jaime Manuel Coutinho G. da Silva Ramos.
 José Maria Vieira Dias de Carvalho.
 José da Silva Lopes.
 José Rodrigo C. da Costa Carvalho.
 Maria Cristina G. da S. C. Albuquerque.
 Maria da Glória M. C. Padrão e C. Carvalho.
 Paulo Manuel Quintão de Campos.
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.
 Rui de Sá e Cunha.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Vasco Pinto da Silva Marques.
 Vitorino da Silva Costa.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 Ângelo Matos Mendes Veloso.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António da Silva Mota.
 António Vidigal Amaro.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Manafaias.
 Cláudio José Santos Percheiro.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Miguel Duarte.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel dos Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Maria Margarida C. Tengarrinha C. Costa.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 Eugénio Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco António Oliveira Teixeira.
 Francisco Manuel Menezes Falcão.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Hernâni Torres Moutinho.
 Horácio Alves Marçal.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Augusto Gama.
 José Luís Cruz Vilaça.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Maria Andrade Pereira.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiróz.
 Ruy Manuel Correia de Seabra.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Deputados Independentes:

António Poppe Lopes Cardoso (UEDS).
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles (PPM).
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos (Os Verdes).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, houve uma alteração na agenda de trabalhos estipulada para hoje por a Comissão Eventual, apesar de se ter dedicado a um trabalho extenso e nocturno, não ter terminado o texto alternativo para que se procedesse à votação final global do texto sobre as alterações à regulamentação da eleição do Presidente da República. Portanto, tal votação ficará para uma próxima oportunidade a determinar pela conferência de líderes parlamentares.

Srs. Deputados, ao abrigo do disposto no artigo 222.º do Regimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para proceder à apresentação do Programa do Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agora, que na qualidade de Primeiro-Ministro, venho à Assembleia da República, no início desta nova legislatura, apresentar o Programa do Governo, em obediência aos preceitos constitucionais, saúdo este órgão de soberania nas vossas pessoas, Srs. Deputados, mandatários de uma nação com séculos de história que não prescinde de ter esperança no seu futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em vós, saúdo todos os que representais, em vós saúdo a vontade firme de serdes os seus dignos representantes.

A Assembleia da República tem de ser respeitada como o órgão máximo de representação democrática.

Sendo a Assembleia da República o rosto e a voz de toda uma comunidade, respeitá-la é respeitarmo-nos, valorizá-la é tomarmos consciência daquilo que valemos.

Muito se tem afirmado nos últimos dias, agora que tomou posse um Governo de maioria relativa, que é fundamental o papel da Assembleia da República.

Concordamos com a afirmação, mas não com o fundamento apresentado.

O papel da Assembleia da República é sempre o mesmo, seja qual for o Governo empossado: uma actuação clara e empenhada na resolução dos problemas daqueles que legitimamente representa. Por isso, ela está sempre, como o Governo, sujeita ao julgamento da opinião pública que tem o direito de nos exigir o máximo. Aí reside o seu prestígio.

Queremos uma Assembleia da República e um Governo prestigiados.

Não se duvidará que neste acto eleitoral o nosso povo exprimiu não só uma inequivoca vontade de mudança nos métodos e nas finalidades concretas da acção política, como renovou a sua esperança, mau grado as desilusões e frustrações acumuladas por erros e desvios cujas responsabilidades não lhe pertencem. O povo português apontou quem desejava ver investido nas urgentes tarefas da governação do País, nestes tempos de crise política, económica e social, em que os próprios valores morais saem feridos, quando não negados e combatidos.

Não há-de escapar certamente a quem souber interpretar o sentido e o alcance das últimas eleições que elas abrem um novo ciclo político à democracia portuguesa. E quero acreditar que será para bem; e será para bem se os responsáveis pela representação nacio-

nal a todos os níveis e pela gestão da coisa pública se colocarem sempre no puro plano dos interesses nacionais e, portanto, acima dos grupos e dos partidos, se puserem de parte os fanatismos ideológicos, o enfeudamento a interesses estranhos ao País, a ambição do poder pelo poder, as mesquinhias querelas pessoais que dividem e rebaixam e as clientelas alimentadoras e beneficiárias dos processos de aviltamento e corrupção.

Acentuo este ponto, não para acusar seja quem for no limiar desta nova fase da acção política, mas para que todos o lembrem, a começar, naturalmente, pelo próprio Governo. Governo que está aqui para governar Portugal no plano suprapartidário, com firme determinação, em cumprimento do claro mandato que democraticamente lhe foi outorgado.

Será útil para todos uma análise nem leviana nem superficial do significado das eleições de 6 de Outubro passado.

São várias e já visíveis as alterações e será bom que todos tenhamos consciência que outras se farão em breve sentir.

Só assim, encarando as realidades de frente e prospectivando correctamente o futuro, todos e cada um de nós estaremos aptos para agir no interesse de Portugal e da democracia.

Nesta primeira presença do Governo na Assembleia da República quero vincar o plano em que se situará a nossa conduta. As responsabilidades por actos passados devem ser assumidas por todos. Não pretendemos lançar culpas exclusivamente sobre terceiros. Mas as eleições são também um julgamento e estamos aqui como Governo de Portugal, por vontade actualizada do povo. Estamos aqui guiados por critérios nacionais, dispostos a trabalhar para servir todos os portugueses, independentemente do seu credo ou opção de voto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Existe agora uma oportunidade para os Portugueses encarem de forma diferente a política. Seria bom que os cidadãos não continuassem a ver nos políticos e na política o obstáculo à resolução dos seus problemas quotidianos. Seria excelente que os Portugueses pudesssem considerar o poder político como primeiro instrumento para a mobilização das forças nacionais que, com ou sem razão, se encontram cépticas ou adormecidas.

Acolheremos todas as críticas construtivas e as discordâncias bem-intencionadas das oposições; consideramo-las não só legítimas e indispensáveis à democracia, como úteis na procura das melhores soluções para os problemas nacionais.

Respeitaremos escrupulosamente a ordem constitucional e tudo faremos para que o regime político português fique marcado por um novo tipo de relação entre os diversos órgãos de soberania.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não haverá da nossa parte nenhum acto nem nenhuma intenção susceptíveis de pôr em causa o harmonioso funcionamento do sistema democrático.

Somos pelo diálogo, pelo encontro, pela concertação. O debate de ideias é condição de vida da democracia.

Já não é saudável a discordância pela discordância, a reivindicação irrealista, a agitação como método de acção política.

Aplausos do PSD.

Por nós, já demos exemplo do espírito de diálogo que nos anima. Embora o Estatuto da Oposição não nos obrigasse, convidámos os partidos com assento parlamentar para encontros com o Governo, a fim de lhes apresentarmos as principais orientações políticas e medidas a incluir no nosso programa. Este exemplo não ficará sem seguimento. O Governo manterá informadas as forças da oposição acerca de todos aqueles problemas em que os aspectos essenciais do interesse nacional se encontram directamente em jogo.

Somos pela moderação e contra os extremismos.

Portugal necessita de paz e tranquilidade para conseguir alcançar o progresso a que tem direito.

Nada justifica que continuemos a ocupar os últimos lugares na escala do desenvolvimento dos países europeus.

Temos, pela nossa frente, obrigação de dignificar a imagem de Portugal, modernizar as suas estruturas e melhorar o nível de vida da comunidade. É uma obrigação que advém do respeito que é devido à nossa história, que resulta da esperança que em nós depositam os homens e as mulheres do Portugal de hoje e que é imposta pela responsabilidade que temos para com os que serão o futuro da nossa pátria.

Estamos conscientes da magna tarefa que representa governar Portugal agora. Recusamos os caminhos fáceis que levam a resultados enganadores. Trabalharemos com serenidade, certos da convicção e do entusiasmo daqueles que já nos apoiam e confiantes de que muitos dos que nos vinham hostilizando nos olham agora com crescente expectativa de que lhes melhoremos as condições de vida.

Agiremos com transparência de processos. Não esconderemos de ninguém nem os actos nem os métodos e não deixaremos de ser permanentemente exigentes com a ética, que não é um mero conceito, mas um modo de estar, na política tal como na vida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Teremos sempre presente a dignidade que é exigida, no exercício das suas funções, aos titulares do poder.

Seremos intransigentes com quem, no desempenho dos seus cargos, esqueça os seus deveres para com a comunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não condescenderemos com quem tente pôr em causa a vontade legítima dos órgãos representativos. Desejamos prestigiar e fortalecer as instituições.

Queremos que o País nos julgue, mas estamos certos que esse julgamento abrange igualmente aqueles que se revelem elementos construtivos pelo apoio ou pela crítica proba, e ainda os que, por curteza de vistas, má vontade ou obstrução sistemática tentem inviabilizar a necessária e desejada viragem da vida política, económica e social portuguesa.

Nos próximos meses ocorrerão no País eleições autárquicas e presidenciais.

O Governo está consciente do seu significado mas, como Governo, nelas não se envolverá. Continuará preocupado com os problemas concretos dos Portugueses e tudo fará para que esses actos eleitorais decorram dentro do clima de isenção e dignidade que são timbre da democracia.

Na presente situação de transição institucional, o Governo assume-se pois, plenamente, como verdadeiro referencial de estabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estudámos os problemas, conhecemos as dificuldades, mas temos as soluções. O nosso firme desejo, neste momento em que apresentamos o Programa à Assembleia da República, é o de podermos começar a pôr em prática essas soluções.

O Governo constitui no figurino constitucional o órgão de soberania a quem cabe a função executiva. E, como todas as entidades especialmente voltadas para a acção, a condição primeira da sua eficácia reside na sua organização interna.

Acresce que os desafios que hoje se colocam a qualquer governo são de natureza tão díspar e de uma tal complexidade que, se não houver uma preocupação constante de coordenação da actividade dos diferentes sectores e não se estabelecerem mecanismos e arranjos que consintam o prosseguimento de políticas integradas e uma convergência de esforços interdepartamental, depressa os seus elementos serão conduzidos à desorientação e à ineficácia.

Por estas razões se tratou com particular cuidado da estrutura do Executivo, subordinando a escolha dos responsáveis por cada uma das suas unidades à sua coerença global e não o inverso.

Na orgânica escolhida, o Primeiro-Ministro é coadjuvado, para as tarefas próprias do centro do Governo, por um Ministro de Estado e por um Ministro-Adjunto e para os Assuntos Parlamentares, permitindo-se assim a sua libertação para actuar nas áreas que considere prioritárias.

Ao nível de secretarias de Estado apenas existem dois casos em que há lugar à orientação directa do Primeiro-Ministro, ou seja, a do Turismo e da Juventude. A criação desta última justifica-se por a problemática relativa à juventude ser da maior relevância e complexidade. Acresce que, sendo a política para os jovens uma política manifestamente horizontal, era imperativo que se situasse sob a tutela do Primeiro-Ministro, pois de outro modo dificilmente se conseguiria sensibilizar os diferentes sectores para a consideração das suas especificidades próprias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às inovações nos ministérios, julgamos ser de começar por uma referência ao Ministério do Plano e da Administração do Território.

Na verdade, há sectores da Administração cujas complementariedades e inter-relações aconselham uma gestão comum, estando neste caso as áreas do planeamento e desenvolvimento regional, da administração local e do ordenamento do território e do ambiente e dos recursos naturais, neste incluídos os recursos hídricos até agora tradicionalmente geridos sob a tutela do Ministério das Obras Públicas.

Trata-se, na realidade, de um ministério de coordenação das vertentes espaciais das diferentes políticas que integram a política de desenvolvimento a prosseguir pelo Governo e constitui a única via coerente para se prosseguirem objectivos que são assumidos como fundamentais: o reforço do poder local, a mobilização dos recursos endógenos, a atenuação dos desequilíbrios regionais, a protecção e valorização dos recursos naturais, a abertura de novos domínios para a actividade colectiva, preparando o perfil económico dos anos futuros.

O Ministério das Finanças perde a função de planeamento, mas ganha em operacionalidade. As alterações realizadas no seu seio permitirão uma acção mais racionalizada. Assim, constituíram-se três áreas bem diferenciadas a que correspondem outras tantas secretarias de Estado: uma primeira, que trata sobretudo das despesas públicas e que incluirá a gestão dos efectivos da função pública; a segunda cuida das receitas de natureza fiscal e está particularmente vocacionada para a revisão e racionalização do respectivo sistema; a terceira, cujo papel fundamental será o de financiamento do sector público e da modernização e animação do sistema financeiro.

O Ministério da Administração Interna foi privado da tutela sobre as autarquias locais, tutela que constitui um resquício de um tempo histórico em que o poder local só o era de nome, pois estava reduzido a um mero instrumento político do poder central.

Aplausos do PSD.

Considerando agora o Ministério dos Negócios Estrangeiros, refira-se a extensão da sua esfera de acção à área da integração europeia e o facto de à Secretaria de Estado da Emigração suceder a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, não por uma mera operação semântica, mas antes por uma modificação de concepção política e da forma de encarar os problemas dos muitos milhares de portugueses residentes no estrangeiro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, entendeu-se ser mais curial e apropriado juntar no mesmo ministério a indústria e o comércio enquanto sectores de actividade complementares. A outro nível, mas com similitude de motivação, se agiu em relação à educação e cultura.

Digna de nota é também a desanexação do sector das obras públicas das áreas das construções escolares e hospitalares, que foram colocadas, por razões facilmente detectáveis, respectivamente no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Refira-se por último a inserção dos portos e da marinha mercante no sector próprio que é, naturalmente, o dos transportes e comunicações.

Não se foi, e não se poderia ser, exaustivo nesta descrição da estrutura do Governo. Crê-se, no entanto, que se disse o suficiente para que as opções feitas se ofereçam como coerentes e conformes aos propósitos de eficácia e operacionalidade que a nós próprios impusemos e que o País justamente reclama.

É preciso muito trabalho, repito, muito trabalho. O caminho é extremamente difícil, mas há um caminho. Não temos medo das dificuldades, assumimos o risco. Queremos trabalhar. Queremos resolver os problemas do País.

É bem conhecida, e sentida pela generalidade da população, a situação de crise económica e social em que o País se encontra mergulhado.

A tónica posta nos últimos anos na orientação da política económica conduziu a um sobreajustamento, com uma redução excessivamente forte do défice das contas externas, sem resolver os verdadeiros problemas estruturais da economia portuguesa e agravando de modo socialmente inaceitável a condição de vida da maioria dos portugueses.

O Governo entende ser urgente adoptar uma estratégia de progresso baseada no crescimento da produção e do investimento das empresas, única via para aumentar rapidamente o emprego.

A estratégia de progresso que iríamos seguir envolve um grande esforço de investimento, dirigido para actividades orientadas para a exportação e ou para a substituição das importações e privilegiando o factor da produção mais abundante na economia portuguesa, que é o trabalho.

O Governo desenvolverá a sua ação de modo a restabelecer um clima de confiança aos agentes económicos. Neste contexto, a iniciativa privada constituirá a fonte do crescimento económico, propondo-se o Governo criar as condições básicas para a sua actuação.

As interferências administrativas do Estado na economia serão reduzidas, criando condições para o eficiente funcionamento dos mecanismos próprios de um mercado aberto e concorrencial, ao mesmo tempo que se procurará disciplinar o sector público administrativo e racionalizar a exploração do sector das empresas públicas. Actuaremos de modo a recuperar o espírito empresarial, prestigiar as empresas e os empresários, dignificar as relações económicas e sociais e legitimar o lucro associado ao risco e ao investimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O crescimento económico deverá processar-se tendo em atenção duas condicionantes essenciais, a serem corrigidas progressivamente mediante políticas de fundo e de eficácia duradoura: o défice e a dívida externa e a inflação. O mesmo é dizer que o Governo opta claramente por uma estratégia de progresso controlado.

O Governo considera o combate à inflação de primordial importância. A redução gradual das taxas de inflação, por etapas anuais, conduzirá ao seu alinhamento pela média dos países das Comunidades Europeias, permitirá pôr termo à desvalorização cambial do escudo e repor a solidez externa da moeda, aspectos fundamentais para criar um verdadeiro clima de confiança. A política económica do Governo será orientada de modo a que já em 1986 a subida dos preços não ultrapasse 14 %.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Do controle da inflação, do crescimento adequado dos salários e do desagravamento dos impostos que incidem sobre os rendimentos do tra-

balho resultará uma melhoria das condições de vida das famílias portuguesas.

É pela via do aumento da produção e do investimento que é possível combater o desemprego. Eliminaremos, por isso, com coragem, os obstáculos à criação de postos de trabalho, principalmente para os jovens.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, será dada uma atenção muito especial à formação profissional, quer no que respeita à preparação dos jovens que atingem a idade activa, quer no que se refere aos trabalhadores em geral. Só assim se poderá valorizar profissionalmente os recursos humanos, aumentar a produtividade, atingir um sistema produtivo moderno e eficiente. O nosso objectivo quanto à inflação é ousado, mas necessário ao desenvolvimento harmonioso da nossa economia.

Uma palavra referente ao grave problema dos salários em atraso, na base do qual se encontram distorções introduzidas no funcionamento da economia portuguesa que alguns insistem em manter, apesar dos seus custos serem bem visíveis.

A retoma da actividade económica e a consequente melhoria da situação das empresas permitirá seguramente atenuar a gravidade do problema. O Governo desencadeará, no entanto, de imediato, algumas acções que certamente irão ao encontro de sugestões já apresentadas por parceiros sociais, visando minorar uma realidade que considera inaceitável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Entre outras medidas, facilitar-se-á o acesso dos trabalhadores ao seguro de desemprego e criar-se-ão mecanismos que facultem o adiantamento de parte da indemnização a que têm direito, por força da rescisão do seu contrato de trabalho.

Mas devo salientar que as empresas totalmente inviáveis não podem subsistir nem à custa dos trabalhadores nem à custa dos contribuintes e que aquelas outras empresas, com um volume de emprego manifestamente superior às necessidades de produção e do mercado em que operam, deverão fazer os ajustamentos adequados para garantir a manutenção do maior número possível de postos de trabalho.

Aplausos do PSD.

Quero também reafirmar que o Governo aposta no diálogo e concertação com os parceiros sociais, privilegiando a sede institucional própria que é o Conselho Permanente de Concertação Social — que deverá evoluir para um conselho económico e social —, sendo desejável que aí venham a ter assento todas as forças representativas do mundo do trabalho e empresarial.

Quero ainda salientar que as consideráveis assimetrias que, do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, existem entre as diferentes zonas do País são por nós consideradas incompatíveis com a realização prática do princípio de igualdade de direitos e oportunidades entre os cidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, na sua actuação, o Governo valorizará a integração da componente espacial no processo de desenvolvimento económico.

Será prestada cuidada atenção à articulação entre as políticas de desenvolvimento e as relativas à administração local. Os municípios são importantes agentes de desenvolvimento, pelo que o Governo estabelecerá os mecanismos e regras de cooperação entre as acções de desenvolvimento nacional, regional e local.

A prática política em Portugal não é isenta de críticas nos últimos 11 anos. Pode contudo considerar-se que o reforço do poder local constitui uma das mais importantes manifestações daquela prática, diria mesmo uma das mais significativas.

A responsabilização das autarquias contribuiu para o progresso económico e viabilizou a prática democrática voltada para os interesses concretos e locais dos Portugueses.

É intenção do Governo actuar de modo a fortalecer o poder local.

Igualmente relevante é o desenvolvimento e aprofundamento da autonomia regional, como expressão de uma verdadeira e ampla solidariedade nacional que se reflecte no reforço da própria estrutura do Estado Português.

A autonomia constitucional dos Açores e da Madeira constitui a solução adequada para os problemas específicos daquelas regiões.

Os órgãos de Governo próprio têm sido factor de estabilidade política de desenvolvimento económico e de justiça social.

O Governo está consciente de que a autonomia tem também um significado político no plano externo, que adquire especial relevo no contexto da nossa próxima adesão às Comunidades Europeias. A importância geopolítica dos Açores e da Madeira será permanentemente contemplada nos adequados compromissos internacionais do Estado. A situação e os interesses das regiões autónomas projectam-se na adesão às Comunidades Europeias: os Açores e a Madeira terão representantes próprios no Parlamento Europeu, estarão representados na futura comissão interministerial de coordenação para os assuntos relativos às Comunidades Europeias, irão nomear os seus delegados para integrar a representação permanente em Bruxelas, beneficiarão dos fluxos financeiros provenientes dos fundos estruturais comunitários.

A estratégia de progresso que o Governo se compromete a pôr em acção não pode ser dissociada da renovação do Estado.

A Administração Pública Portuguesa está anquilosada, carece de coerência e constitui um entrave ao desenvolvimento económico-social do País. Os males de que enferma têm raízes profundas, uns decorrentes do immobilismo que a caracterizou durante décadas, outros resultantes de soluções improvisadas ou ditadas pela defesa de interesses dos mais diversos grupos de pressão.

O Governo a que presido está na firme disposição de pôr ponto final ao sentimento de resignação e de impotência perante a gigantesca máquina administrativa do Estado. A desburocratização e a gestão pública serão, neste contexto, áreas prioritárias de actuação. Para o efeito, será criado na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros um secretariado para a modernização administrativa, estrutura extremamente leve que substituirá numerosos organismos hoje existentes.

Portugal tem de dispor de uma administração que vá ao encontro do país real, que enriqueça as potencialidades da periferia, que ajude a vencer a crise económica, que responda às solicitações apresentadas pela adesão às Comunidades Europeias, em suma, se empenhe no desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Precisamos de menos Estado e de melhor Estado.

Aplausos do PSD.

O Estado tem de ser urgentemente reconduzido ao seu papel de «pessoa de bem» em todas as suas obrigações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na perspectiva democrática em que o Governo se coloca, acauteladora das liberdades e impulsora da iniciativa privada, há que reconhecer, sobretudo agora que vamos entrar na Europa comunitária, que permanecem na estrutura básica da nossa sociedade bloqueios que dificultam a resolução eficiente dos problemas do País.

Qualquer governo, em qualquer democracia, tem de manter uma constante atenção aos factores que determinam o grau de consolidação e de funcionalidade do sistema político em que se insere.

Por isso mesmo, não pode ficar indiferente se a constituição não representa um traço de união entre a generalidade dos cidadãos, mas antes se afigura como um ponto de discórdia, tal como não pode aparentar menosprezo por consequências nefastas de preceitos constitucionais bloqueadores da execução de um programa livremente sufragado pelo eleitorado.

Por isso mesmo, o Governo, sem pretender interferir na área de competência da Assembleia da República, não silencia a sua firme convicção de que é indispensável para o País uma nova revisão constitucional, com um conteúdo que corresponda às posições defendidas na campanha eleitoral pela generalidade dos partidos democráticos.

Aplausos do PSD.

Valor que o Governo tem também por fundamental é o da estabilidade que o sistema proporciona aos executivos escolhidos pela entidade soberana.

Ninguém poderá pôr em causa a afirmação de que o regime político democrático nada tem a lucrar com a permanente sucessão de governos, que impede o progresso e o desenvolvimento, para além de esvaziar de sentido útil o princípio da alternância.

Nessa medida, entende-se ser agora, que ocorreram eleições legislativas, a altura adequada para a revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, em sentido que permita atingir o justo equilíbrio entre os princípios da fiel representação do eleitorado e da útil estabilidade das instituições.

Passados quase 12 anos sobre o 25 de Abril, adquirida e meditada uma considerável experiência do funcionamento do sistema, julga o Governo estar consolidado um vasto e profundo consenso para a correcção ou eliminação do que se mostrou prejudicial e dispensável.

Para essas tarefas, o Governo não hesitará em assumir plenamente as suas responsabilidades. As tarefas, em democracia, são de todos: do poder ou da oposição, e nós não enjeitaremos as nossas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O governo de um Estado democrático de direito tem também particulares deveres no respeito das liberdades fundamentais dos cidadãos. Mas o Governo, no respeito pela ordem constitucional, não pode deixar de assegurar a autoridade democrática indispensável ao exercício de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e ao funcionamento das instituições democráticas.

O Estado deve exercer os seus deveres no domínio da segurança para defender os Portugueses, para assegurar o respeito pela ordem legalmente estabelecida, para garantir um clima de paz e tranquilidade públicas para preservar os valores essenciais que permitem a vida em comunidade.

Só a salvaguarda destes valores, que se fará com determinação, permite o correcto exercício da democracia pluralista.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como já se disse, não se trata simplesmente de governar Portugal, mas sim de governar Portugal agora.

O Governo sente a responsabilidade da missão nacional que lhe foi conferida: conduzir os destinos do País no preciso momento histórico em que Portugal adere às Comunidades Europeias. Trata-se da concretização do objectivo prioritário da política externa portuguesa nos últimos 8 anos, que mereceu o consenso de todos os governos e de todos os partidos democráticos. Não quero deixar de sublinhar o profundo significado político que o meu governo atribui à nossa adesão.

O ideal da integração europeia, se até agora teve a expressão privilegiada no plano económico, foi e é um projecto de profundo significado político. Entrar nas Comunidades representa para Portugal a plena participação na família europeia de países que escolheram a liberdade e a democracia pluralista e representativa, como modelo da organização da sociedade. Representa, por outro lado, que Portugal se projecta agora para a construção de uma Europa susceptível de, pela harmonização das políticas nacionais e pela conjugação dos interesses das pátrias que a compõem, adquirir um peso reforçado na cena internacional.

A política externa é um instrumento privilegiado do Governo para promover a dignificação do País, contribuir para o seu progresso material, fazer respeitar na área externa os ideais e valores essenciais da nossa sociedade. A integração nas Comunidades Europeias permitirá a prossecução destes objectivos, já que Portugal se irá inserir num espaço democrático depositário dos mesmos valores fundamentais e praticando a defesa de interesses de vocação internacional.

Portugal, ao participar empenhadamente na construção da Europa, consciente de que não se trata de uma tarefa fácil, está simultaneamente a reforçar a sua independência nacional, bem melhor defendida num quadro de cooperação multilateral do que no plano das meras relações bilaterais com grandes e médias potências, ao qual teríamos de nos confinar se ficássemos fora das Comunidades.

É evidente, no entanto, que a adesão do nosso país às Comunidades Europeias tem um importantíssimo alcance económico. Pequeno país, Portugal só pode desenvolver-se em economia aberta, dada a exiguidade do seu mercado interno. Ora, o nosso parceiro econó-

mico natural, que, por comprehensíveis razões geográficas é a Europa Comunitária, ainda antes da adesão já absorve perto de 60% das nossas exportações.

Mas entrar para a CEE, por si só, nada nos garante — se não formos capazes de, internamente, adaptar as estruturas financeiras, económicas e administrativas do País para colher da adesão os benefícios potenciais que ela contém. É, portanto, tarefa prioritária do Governo acelerar a preparação do País para tirar o melhor partido possível dessa opção, recuperando atrasos e dando nova dinâmica às acções em curso ou a empreender.

Há, naturalmente, que assegurar que Portugal seja, desde o primeiro ano da adesão um beneficiário líquido da Comunidade, e não um contribuinte líquido para países mais ricos. Tal implica, nomeadamente, o aproveitamento integral e criterioso de todas as formas de apoio financeiro, em regra ligadas a projectos concretos, que as Comunidades põem à nossa disposição. Mais do que isso, porém, importa garantir que a adesão intensifique decisivamente um processo de modernização da economia portuguesa cujos resultados não se tornarão visíveis no imediato, mas que têm de ser preparados desde já.

A plena integração no espaço económico mais evoluído é uma oportunidade que se nos abre. Não se compreenderia nem se aceitaria que razões de ordem conjuntural, ressentimentos partidários ou meros cálculos pessoais impedissem que o País aproveitasse todas as virtualidades que este muito particular momento encerra.

É por tudo isto, por referência a esta missão nacional e a esta precisa ocasião, que o Governo entende dever interpretar extensivamente os seus deveres como órgão de soberania e definir-se não apenas pelo conteúdo da sua política, mas também pelo método e pelo estilo de governação.

A integração nas Comunidades Europeias, sem pôr em causa a vocação atlântica e o aproveitamento cabal da nossa posição geoestratégica, irá reforçar a solidariedade ocidental. Para Portugal, a participação na Aliança Atlântica constitui elemento essencial da sua defesa, tal como a integração nas Comunidades é elemento primordial do seu desenvolvimento económico e social.

A plena e activa participação portuguesa no quadro da NATO constitui, aliás, uma das componentes essenciais da política de defesa nacional. Neste domínio, a acção do Governo considerará permanentemente a identidade e os interesses do País e adoptará uma política que proporcione às Forças Armadas meios e condições adequadas para o cumprimento das suas múltiplas missões.

O Governo irá reforçar e diversificar as relações com os países africanos de língua oficial portuguesa. Uma adequada política de cooperação não pode ter uma visão imediata ou ambígua ou comprometida, mas antes traduzir-se numa perspectiva a longo prazo com rigoroso respeito de interesses e soberanias.

As comunidades de portugueses disseminadas por todo o mundo serão objecto de constante preocupação do Governo. Os nossos compatriotas que residem no estrangeiro são elementos integrantes da Nação Portuguesa, impondo-se a defesa activa dos seus direitos políticos, económicos, sociais e culturais. Compreende-se, assim, que um dos objectivos prioritários da política externa seja o apoio às comunidades portuguesas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo sabe bem as dificuldades que o esperam, mas não recua, sabe bem as suas responsabilidade e não as enjeita.

Mas sabe também que o momento que se vive em Portugal é de grande esperança na sua actuação. Aí reside a sua força. Todo o seu empenho estará em não desiludir o povo português.

Assim nos deixem governar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — A Mesa está tomar nota dos Srs. Deputados que pretendem formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa sobre questões de método.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, creio que se fará agora a interrupção da sessão e as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro serão feitas após essa interrupção. Estou certo, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Exacto, Sr. Deputado!

O Orador: — Em segundo lugar, gostaria de saber se haverá alguma ordem quanto à formulação das perguntas. Tratando-se de um tempo concedido a cada partido é natural que haja uma certa ordem, pois, caso contrário, teremos de nos inscrever agora numa ordem completamente anárquica, que certamente não dará bons resultados no debate.

Creio que seria melhor encontrarmos uma sistematização, inclusivamente permitindo-nos que após a interrupção da sessão os diversos partidos possam inscrever os oradores que acharem melhor preparados ou mais disponíveis para interrogarem o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa está a tomar nota de todos os Srs. Deputados que pretendam formular pedidos de esclarecimento e depois será anunciado o nome de todos os que se inscrevam para esse fim.

Deixo, pois, aos grupos parlamentares o cuidado de, em relação a cada um dos Srs. Deputados, dizerem da conveniência ou não para preencherem os 15 minutos a que têm direito.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, não tem sido esse o sistema que tem sido seguido, o que não quer dizer que não o possa ser este ano, pois não deveremos estar fixados em fórmulas e termos de escolher os melhores métodos. O sistema que tem sido utilizado é o seguinte: é conferido um determinado tempo para perguntas ou comentários aos diversos partidos

políticos, que o utilizarão como melhor entenderem, e, dentro desse tempo, as pessoas farão as suas perguntas ou comentários e obterão as convenientes e atinentes respostas.

Portanto, dentro da prática que vem sendo seguida, o que sugiro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, é que suspenda agora a sessão e que depois seja dada a palavra para perguntas ou comentários à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro aos diversos partidos políticos que inscreveriam os seus deputados nessa altura por uma ordem que nos é completamente indiferente. Aceitaremos qualquer ordem, mas lembramos que nesta Casa há uma ordem habitual que começa no partido menos votado e acaba no partido mais votado.

O Sr. João Corregedor de Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, creio que estamos a perder tempo quanto a esta questão. Sempre tem sido adoptado o seguinte sistema: os deputados inscrevem-se para formular pedidos de esclarecimento ao Governo, de acordo com a ordem das inscrições.

Creio que a Mesa apenas deverá apontar o nome dos deputados que pretendem usar da palavra para formular pedidos de esclarecimento e suspender a sessão até às 15 horas.

O Sr. Presidente: — É essa a forma regimental, Sr. Deputado.

Os grupos parlamentares é que deverão ter o cuidado de julgar acerca dos nomes dos Srs. Deputados que irão ser anunciados para formularem pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, a figura regimental que se segue à apresentação do Programa do Governo pelo Sr. Primeiro-Ministro tem uma larga praxe na Assembleia da República. Não estamos em desacordo nem em oposição a que a praxe possa eventualmente ser alterada. Porém, creio que, apesar de tudo, deveríamos reflectir um pouco.

Nesse sentido, permito-me sugerir ao Sr. Presidente que convoque de imediato uma conferência de líderes parlamentares para ordenarmos esta questão. Estou convencido de que essa será a melhor forma de chegarmos a um resultado positivo sobre o método que deveremos adoptar.

Está, pois, feita a sugestão e agradecia uma resposta por parte do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, se V. Ex.^a convoca a conferência de líderes abstenho-me, agora, de fazer considerações.

O Sr. Presidente: — Vou consultar a Mesa sobre esse assunto.

Pausa.

Srs. Deputados, apenas e tão-só como forma indicária, vou dar conhecimento de todos os Srs. Deputados que se inscreveram para formular pedidos de esclarecimento.

Para verificar se falta algum Sr. Deputado, o Sr. Secretário vai ler a lista dos nomes.

O Sr. Secretário (Sá e Cunha): — É a seguinte:

Srs. Deputados Correia Gago (PRD), Pegado Liz (PRD), Gomes de Pinho (CDS), Luís Beirôco (CDS), Cruz Vilaça (CDS), José Carlos de Vasconcelos (PRD), José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE), Raul Castro (MDP/CDE), Medeiros Ferreira (PRD), Roberto Amaral (PRD), Ivo Pinho (PRD), Lopes Cardoso (Indep. — UEDS), Maldonado Gonelha (PS), Maria Santos (Indep. — Os Verdes), Euríco Lemos Pires (PRD) Costa Carvalho (PRD), Barbosa da Costa (PRD), Manuel Silvestre (PRD), Jerónimo de Sousa (PCP), João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE), Cavaleiro Brandão (CDS), Nogueira de Brito (CDS), Andrade Pereira (CDS), Jorge Lacão (PS), Luís Filipe Madeira (PS), Amândio de Azevedo (PSD), Carlos Lilaia (PRD), António Feu (PRD), Armando Fernandes (PRD) e Alexandre Manuel (PRD).

Foram aditados à lista os seguintes Srs. Deputados: Carlos Lage (PS), José Luís Nunes (PS), Raúl Rêgo (PS) e Marques Mendes (PRD).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, quero ainda esclarecer que cada grupo parlamentar tem apenas direito a 15 minutos para pedidos de esclarecimento.

Dado o número de inscrições, convoco os representantes dos grupos parlamentares para irem ao meu gabinete, a fim de fazermos um estudo acerca do número de deputados que deve ou não intervir nesses pedidos de esclarecimento de forma a preencher os 15 minutos a que cada partido tem direito.

O Sr. Deputado Corregedor da Fonseca pede a palavra para que efete?

O Sr. Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, não foi citado o meu nome e eu estava inscrito a seguir ao Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vai ser feita a rectificação.

Sr. Deputado Amândio de Azevedo, pede a palavra para que efete?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, por causa da minha ordem de inscrição.

Desejaria, se não houvesse oposição, intervir em último lugar, respeitando assim aquilo que penso ser uma tradição do Parlamento. Portanto, se não houver oposição dos colegas que se inscreveram antes de mim, gostaria que a ordem de inscrição fosse alterada de forma a que a minha intervenção ficasse para último lugar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Amândio de Azevedo, poderá ser um alvitre a colocar na conferência de líderes pelo representante do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, oponho-me à pretensão do Sr. Deputado Amândio de Azevedo, mas com a seguinte nota metodológica: o que o pedido do Sr. Deputado Amândio de Azevedo significa é que esta metodologia está errada de uma ponta à outra. O facto que se está a passar, de as pessoas se inscreverem caoticamente sem haver uma divisão por partidos, é totalmente errado.

O que temos de definir é uma de duas questões: ou se define — como há pouco propus — partido por partido, embora isso tenha o inconveniente de o último partido a falar ficar, de certa maneira, limitado nas perguntas que faz, porque estas já foram feitas anteriormente, ou se define um processo em que se alternam, não se respeitando a ordem de inscrição, as propostas dos deputados inscritos por partidos.

O que não se pode é definir um critério só para o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

Se se entende que é por ordem, é por ordem; se se entende que é por ordem de inscrições, é por ordem de inscrições; se se entende que deve ser alternadamente, tem de haver um critério geral e abstracto para todos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que não estamos a ganhar tempo. Já pus o problema. Cada grupo parlamentar tem 15 minutos para intervir e devia ter estudado esse assunto.

Convidei os representantes dos grupos parlamentares a irem ao meu gabinete, a fim de aí se discutir o processo ou a metodologia a seguir, de forma a sairmos deste impasse.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, queria só salientar junto da Mesa que prescindi de usar da palavra há pouco no caso de V. Ex.^a convidar a conferência de líderes de imediato.

Estarmos 250 pessoas a discutir esta metodologia é perfeitamente inútil se isso pode ser feito apenas por seis pessoas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, convido mais uma vez os representantes dos grupos parlamentares para uma conferência no meu gabinete.

Os trabalhos estão suspensos até às 15 horas.

Eram 12 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 22 minutos.

Srs. Deputados, peço a vossa atenção para vos dar conhecimento do que foi deliberado na última conferência dos representantes dos grupos parlamentares.

Foi deliberado o seguinte: não tomar em consideração a lista das inscrições que foi feita; que cada grupo parlamentar iria inscrever os deputados que entendesse para preencher os 15 minutos a que tem direito; que

os pedidos de esclarecimento a formular fossem feitos por cada grupo parlamentar e por ordem crescente de representação; que começar-se-á pela Sr.^a Deputada Maria Santos que disporia de 4 minutos — 2 minutos cedidos pelo MDP/CDE e 2 minutos cedidos pelo PCP.

Ficou ainda deliberado que ao Sr. Primeiro-Ministro é concedido um intervalo de 30 minutos para que este possa organizar as respostas aos pedidos formulados.

A Mesa já recebeu, de cada grupo parlamentar, a inscrição dos Srs. Deputados que irão usar da palavra, para formular os pedidos de esclarecimento.

Para um pedido de esclarecimento, tem pois a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Maria Santos (Indep. — Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me primeiramente que expresse o meu agradecimento amável ao PCP e ao MDP/CDE por me terem possibilitado usar da palavra.

Não se deduza, porém, que com esta atitude eu esteja a abdicar dos meus direitos que considero lesados por todos aqueles que querem expropriar aquilo que considero mais essencial num deputado — o uso da palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Extinguiu o «emblemático» Ministério da Qualidade de Vida, mas não criou o Ministério do Ambiente. Fez mal, fez muito mal!

Decidiu desprivilegiar uma área essencial para a implementação de uma verdadeira política — a que promove o desenvolvimento do ser humano em estreito enlace com a natureza —, não adequando as estruturas governativas, de modo a corporizarem os princípios fundamentais, que garantam a igualdade de direitos do indivíduo, da comunidade, da terra e de todas as espécies que nela vivem.

Menorizou a área da cultura, agora reduzida a Secretaria de Estado, desvalorizando paralelamente a da educação, campos essenciais da afirmação potencial da nossa identidade cultural, da construção das mentalidades, da recriação e revalorização do nosso imaginário colectivo.

Porque a cultura é síntese dinâmica das potencialidades criadoras individuais e colectivas, representando uma força real na mobilização para a cooperação e solidariedade entre os homens, promotora de bem-estar e progresso da Humanidade, ela só terá condições para florescer, tornando-se efectivamente património de cada povo e de cada indivíduo, se se disponibilizarem os meios financeiros, técnicos e humanos necessários para a sua concretização quotidiana.

Extinguiu este importantíssimo Ministério. Fez mal, fez mesmo muito mal! Não é verdade?!

Vozes do PSD: — Não é, não!

A Oradora: — Parece-nos a nós, Partido Os Verdes, que o seu Governo reflecte uma imagem distorcida do pulsar social, que se manifestou em 6 de Outubro, quando aplicar modelos governativos de cariz reducionista.

Digo reducionista, porque se concretiza na previsível diminuição dos gastos públicos, a partir das premissas em que fundamentou o seu programa, nomeadamente nas áreas que dizem respeito à qualidade de

vida, à educação, à cultura, às autarquias. Quererá dizer-nos alguma coisa mais sobre isto?!

Preocupa-nos, pois, e muito, a postura governativa que nos apresenta, pois ela parece não garantir uma reestruturação necessária na perspectiva do desenvolvimento. É que a organização económica de hoje não promove a felicidade humana, bem pelo contrário, veja o nosso quotidiano, ele é bem representativo de que cada um de nós está cada vez mais dependente e menos livre. Não lhe parece, Sr. Primeiro-Ministro?

Nós, Os Verdes, pensamos que Portugal necessita de um novo curso para a sua vida económica, social e cultural, uma nova política que favoreça o desenvolvimento qualitativo, renovando a sociedade no respeito pela diversidade regional e pela nossa identidade cultural.

Por isso, gostaríamos de lhe colocar algumas questões, que consideramos importantíssimas:

Recusará o seu Governo uma política belicista, não permitindo a presença de armamento nuclear no território português, recusando energicamente a estação de rastreio de Almodôvar?

Tencionará o seu Governo permitir a implementação de centrais nucleares no nosso País?

Agirá no sentido da despoluição dos muitos quilómetros de rios portugueses?

Tomará medidas eficazes com vista à protecção das nossas reservas naturais e espécies cinegéticas, não permitindo a plantação indiscriminada de eucaliptos?

Sr. Primeiro-Ministro, ao anunciar um novo Ministério do Plano e Administração Territorial, deu-lhe um leque de funções e competências que não clarificou e que podem dar azo a um dirigismo intervencionista, que pode lesar a autonomia e o reforço dos municípios, não lhe parece?

Pensamos que a prática do seu Governo não será capaz de corporizar com responsabilidade as palavras que hoje aqui proferiu. Pois, lembro-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que defender a vida em toda a sua globalidade passa necessariamente pela afirmação inequívoca de uma política que, satisfazendo as necessidades dos Portugueses, terá de contemplar a adopção de um sistema económico, social, político e cultural que promova a nossa real qualidade de vida, mas que nunca esqueça os processos ecológicos essenciais.

Estará o seu executivo disposto a defender o equilíbrio dinâmico que devolva o significado aos ideais de progresso e de desenvolvimento?

O passado recente é bem claro e diz-nos que não! O Sr. Primeiro-Ministro não pode esquecer que participou, através do partido que representa, na prática governativa dos últimos tempos. Prática essa que provocou uma grande miséria social e psíquica na sociedade portuguesa.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): — Sr. Primeiro-Ministro: Ocupou o Sr. Primeiro-Ministro cerca de metade da sua intervenção com o desenvolvimento sobre a nova estrutura do Governo.

Compreende-se o relevo que deu a este assunto, pela concepção que enunciou de que «a condição primeira de eficácia do Governo reside na sua organização interna»:

Não temos dúvidas de que é uma condição importante assegurar a eficácia do funcionamento do Governo. Mas dizer que é a «condição primeira» é — se me permite — uma visão estreita.

As condições fundamentais da eficácia deste, como de qualquer governo, são a sua proposta política e os apoios sociais e políticos que a viabilizarão.

A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro limitou-se à enunciação de linhas muito gerais e de intenções que só o futuro poderá dizer se são boas.

Não foi, na verdade, a apresentação das propostas programáticas concretas do Governo, nem sequer ao nível das grandes linhas de política sectorial que seria de esperar.

A linha dominante da intervenção é a de que a iniciativa privada deve ser o motor fundamental do desenvolvimento da economia, reduzindo o papel do sector empresarial do Estado; ao mesmo tempo que defende o desaparecimento das empresas que considere como inviáveis, num puro jogo de mercado.

Toda a orientação é no sentido de abandonar a uma sorte dramática os milhares de pequenas e médias empresas que, neste momento, não têm condições para suportar as alterações estruturais previstas.

Ora, se tivermos em conta a falta de capacidade de intervenção da iniciativa privada nos últimos 10 anos na maior parte dos sectores e o peso das pequenas e médias empresas na nossa estrutura económica, não podemos deixar de considerar que desta orientação resultará uma instabilidade ainda maior no aparelho produtivo e no tecido social, com intensificação de falências, aumento do desemprego e incidências perturbadoras na nossa produção, que serão agravadas pela forma como vai apresentar-se a nossa adesão à CEE.

De uma política desta natureza resultarão graves consequências sociais que porão frontalmente em causa a falta de apoios de que o Governo dispõe.

No entanto, através da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, ressalta, com evidência, a sua intenção de pretender apresentar o seu Governo minoritário como «governo nacional».

Anuncia novos métodos e estilos de governação e proclama querer desenvolver o diálogo como forma de ultrapassar o seu isolamento. Mas tudo isso será insuficiente se se limitar ao cumprimento de uma mera formalidade.

Governo nacional só seria se as suas propostas, profundamente alteradas, estivessem de acordo com os interesses da grande maioria dos portugueses, que o Governo, com o seu exclusivo suporte partidário, está longe de representar.

Sendo assim, e perante a escassa base de apoio de que dispõe, perguntamos: como pensa o Sr. Primeiro-Ministro que o Governo possa obter os necessários apoios políticos, garantir a estabilidade governativa e assegurar a indispensável base de apoio social exigida para ganhar a confiança dos Portugueses e garantir a superação da grave crise económica, social e moral em que o País se encontra?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Sr. Ministro afirmou que o Governo se coloca numa «perspectiva democrática». Ora, é condição indispensável de tal perspectiva democrática o respeito e o cumprimento da Constituição. Mas um governo que considera a Constituição um espartilho incômodo que «bloqueia a resolução dos problemas do País» e que defende a sua modificação, através da sua revisão, não é um governo que se identifique com a Constituição. E o mesmo resulta de o Governo privilegiar a iniciativa privada, considerando-a «fonte do crescimento» e até ameaçar «disciplinar e racionalizar o sector público», em vez de respeitar a coexistência dos três sectores de propriedade dos meios de produção (público, privado e cooperativo) e de assegurar o «desenvolvimento da propriedade social», estabelecido na Constituição; e resulta ainda de o Governo esquecer a «planificação democrática da economia e a orientação económica e social do País através do plano», também consignado na Constituição. E resulta, finalmente, de não ter havido qualquer referência, na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, às «pequenas e médias empresas», cuja «protecção», «protecção», repito — é assegurada pela Constituição.

Em segundo lugar, desejaria referir o seguinte: falou também o Sr. Primeiro-Ministro da responsabilização das autarquias, relacionando-a com o reforço do poder local, que constituiria uma das mais significativas manifestações de prática política dos últimos 11 anos. Faltou dizer que este poder local é o nascido do 25 de Abril, é que é o novo poder local autónomo, democrático e descentralizado. Mas a dúvida legítima que se nos coloca, na esteira da prática política do último governo, integrado, também, pelo partido agora no Governo, é sé tal responsabilização significa o aumento dos encargos financeiros das autarquias, sem as dotar das respectivas receitas, o que corresponderia, não ao reforço, mas ao atrofiamento e estrangulamento do poder local.

Finalmente, foi também referida a «desburocratização da gigantesca máquina administrativa». Ora, se tal máquina é gigantesca, importaria reduzi-la, nos seus números, o que seria, afinal, a sua «desburocratização». E tal viria a significar a prática de despedimentos, necessariamente até numerosos, no sector administrativo.

São estas três ordens de questões que coloco ao esclarecimento do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Primeiro-Ministro caracterizou a crise implantada no nosso país, análise essa, Sr. Primeiro-Ministro, com a qual poderemos estar de acordo em alguns aspectos.

Perante esse diagnóstico e perante a próxima entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, numa altura em que atravessamos momentos bem difíceis, com uma situação económica extremamente grave (como o Sr. Primeiro-Ministro já referiu), com o sector produtivo desaproveitado, com falências em série, com o desemprego que atinge 470 000 pessoas

(como o Sr. Primeiro-Ministro salientou na sua tomada de posse), solicito ao Sr. Primeiro-Ministro que esclareça o meu grupo parlamentar e esta Assembleia da República sobre o seguinte: como é possível, em curto espaço de tempo, transformar a nossa economia de forma a concorrer com as economias da Comunidade Europeia, com especial incidência na concorrência espanhola no importante sector dos produtos agrícolas?

Ainda relacionado com a adesão à CEE, gostava que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse, claramente — mas muito claramente —, se o Governo está, ou não, de acordo com a forma como se processaram as negociações de adesão de Portugal à CEE ou se considera que alguns *dossiers* devem ser revistos e proposta à CEE a sua renegociação.

Finalmente, o Sr. Primeiro-Ministro já afirmou publicamente que Portugal não será um contribuinte líquido da CEE.

Nessa ordem de ideias, como compatibiliza essa intenção com a proposta de orçamento da Comunidade que prevê exactamente o contrário, não obstante as frias declarações de compreensão dos países da CEE para com os nossos problemas?

Gostava agora de lhe colocar uma outra questão. É a seguinte: no Programa do Governo apostava-se numa «maior flexibilização do funcionamento da economia» e, ainda, que «é preferível uma flexibilização controlada na área laboral».

Isto pode traduzir-se por um maior agravamento da situação laboral do País como tem sido entendido até aqui que essa liberalização compreende facilitar os despedimentos, a possibilidade de maior desemprego, enfim, o agravamento das tensões sociais.

Sendo assim, poderá o Sr. Primeiro-Ministro explicar à Assembleia da República o que pretende o Governo dizer com essa «maior flexibilidade do funcionamento da economia e da área laboral» e como a compatibiliza com a sua afirmação de «eliminação dos obstáculos à criação de postos de trabalho», como referiu esta manhã?

Finalmente, uma terceira questão: o Sr. Primeiro-Ministro, durante a sua intervenção, não fez uma única referência a um dos principais problemas que afectam a sociedade portuguesa — e refiro-me ao gravíssimo problema habitacional —, como, aliás, não se referiu também a outros aspectos fundamentais que dizem respeito à vida dos Portugueses.

Contudo, no Programa do Governo constam algumas ideias gerais mas não suficientemente desenvolvidas para poderem ser consideradas credíveis. Fala-se, nomeadamente, no ressurgimento do mercado de arrendamento para o desenvolvimento da habitação e, ainda, que vão ser adoptadas medidas complementares que se mostrem necessárias em articulação com a evolução desse mercado. Mas cita, apenas, uma única medida: a da regulamentação dos subsídios de renda.

Pressupõe-se, assim, que, segundo o Governo, o desenvolvimento da habitação só será resolvido baseado na questão das rendas.

Fala-se também em acções para a reorganização do sector da construção civil, tendo em vista a integração na CEE.

Tudo muito vago. Demasiadamente vago, Sr. Primeiro-Ministro.

Perante isso, pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro quantos fogos se propõe o Governo promover para a construção anual, a fim de suprir a falta de 700 000

habitações e as 35 000 novas necessidades de casas? Propõe-se, ou não, o Governo definir um plano nacional de habitação, articulado com o desenvolvimento físico do território? Entende, ou não, que o Estado tem de se responsabilizar pela produção da habitação social, ou considera que é ao sector privado, e apenas ao sector privado, que compete solucionar este problema, sabendo-se como é difícil e complexa a situação do sector?

Fala-se ainda na redução dos custos da construção, e nós — MDP/CDE —, Sr. Primeiro-Ministro, defendemos a redução dos custos da produção. No entanto, convém saber em benefício de quem é que vai essa redução. De quem aluga ou de quem compra casa? Para quem é que vai esse benefício?

Refere-se no Programa do Governo «apoio a entidades no desenvolvimento de programas de habitação social». Qual vai ser o papel do Fundo de Fomento da Habitação ou de outros organismos, tendo em vista o desenvolvimento dessa política de habitação social?

Finalmente — e gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro também respondesse claramente a esta questão (aliás, como é seu hábito, com certeza) — pergunto: o que pensa o Governo fazer sobre a lei das rendas? Não teme o resultado da sua aplicação, Sr. Primeiro-Ministro? Vai ou não o Governo proporcionar a revisão da lei das rendas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: O CDS assume plenamente o resultado das eleições de 6 de Outubro e por isso é oposição.

Mas pensamos interpretar o sentimento dos nossos eleitores, e de muitos portugueses que vêm em nós um referencial de valores indispensável à democracia portuguesa, quando consideramos que o País necessita de ser governado e, por isso — já o dissemos —, não tomaremos qualquer iniciativa para inviabilizar o governo minoritário do PSD, nem acorpanharemos, com os nossos votos, as iniciativas de outros partidos nesse sentido. Daremos, pois, ao Governo, que V. Ex.^a preside, as condições políticas necessárias para que possa exercer o mandato que o Sr. Presidente da República lhe conferiu.

Mas não poderemos deixar de referir, em homenagem à coerência da nossa atitude política e à transparência de propósitos que V. Ex.^a aqui pediu, que um governo minoritário não é a fórmula política mais adequado à concretização de um vasto plano de reformas que V. Ex.^a parece propor-se a executar, nem mesmo quando lhe chame de «governo de maioria relativa».

Será por isso, talvez, que o seu discurso não ultrapassou, em nosso entender, as fronteiras da generalidade e que o Programa tem um carácter mais literário e impreciso do que seria de esperar, conhecida a formação técnica de V. Ex.^a? E que um e outro evidenciam um claro recuo face aos objectivos políticos da campanha eleitoral que V. Ex.^a conduziu, o que sugere, pelo menos, o reconhecimento de que esses objectivos não foram atingidos?

Apesar de tudo — há que reconhecê-lo com satisfação —, V. Ex.^a adere no Programa que apresentou a algumas fórmulas e soluções que, de há muito, o CDS

vinha preconizando! Trata-se de uma verificação prática da justeza das teses do CDS no seu combate contra o colectivismo socialista.

Importa, porém, Sr. Primeiro-Ministro, saber como e com quem se propõe V. Ex.^a pô-las em prática!

A nossa atitude será, pois, de atenta fiscalização, como nos cabe, da execução dessas medidas, valorizando nesse quadro o papel da Assembleia da República.

Não podem passar, porém, sem uma referência especial dois trechos da intervenção de V. Ex.^a particularmente significativos e cujo sentido lhe pedimos que seja explicitado.

Afirma V. Ex.^a que «as eleições de 6 de Outubro abriram um novo ciclo político na democracia portuguesa, e quero acreditar que para bem», disse. Não vemos porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Pelo contrário, pensávamos que só uma maioria, uma nova maioria, sólida, estável e coerente, assente na liberdade de iniciativa e na solidariedade social poderia abrir essa etapa.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Será que V. Ex.^a julga que pode substituir essa maioria pelos acordos conjunturais que a natureza do seu governo vai impor e por uma crescente dependência da confiança política do Presidente da República?

Abdicou V. Ex.^a de um projecto político em troca de um puro projecto de poder?

Refere, por outro lado, V. Ex.^a, que o seu Governo vai governar num plano suprapartidário. Não entendemos bem o que isso quer dizer em democracia! Porque para nós, no CDS, sempre consideramos que o dever de um partido político é agir de acordo com a sua interpretação do interesse nacional.

Como quer V. Ex.^a transformar o seu Governo monopartidário e minoritário em governo suprapartidário? Não será essa fórmula, pelo menos, uma perigosa tentação? Que abdicações e compromissos, ela supõe. E com quem? Isto é, Sr. Primeiro-Ministro, que política de alianças está V. Ex.^a disposto a prosseguir para concretizar esse objectivo?

Lemos o Programa e constatámos que, apesar da natureza minoritária do Governo, V. Ex.^a, tem um horizonte de legislatura. É bom que o País seja governado com estabilidade e que não aconteça, como infelizmente vem sendo hábito e se verificou em relação à última coligação em que o PSD participou, a dissolução antecipada da Assembleia da República.

Julgamos, porém, que a credibilidade do Governo se reforçaria com o compromisso aqui expresso, por V. Ex.^a de que é essa a sua intenção. Vai ou não tomá-lo?

Sr. Primeiro-Ministro, pede V. Ex.^a, que o deixem governar! Pela nossa parte, nada faremos para o impedir na exacta medida em que o faça bem!

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Primeiro-Ministro, vou referir-me um pouco mais detalhadamente ao programa económico hoje delineado por V. Ex.^a, mas apenas a alguns aspectos:

Creio que ele assentou fundamentalmente no seguinte: enfatização do papel do mercado na perspectiva da subalternização da intervenção do Estado.

São ideias que conduziram a um combate do meu partido nesta Assembleia durante dois anos e meio, como oposição.

No seu discurso, V. Ex.^a falou mesmo em alcançar este objectivo «menos Estado e melhor Estado» e, ao ouvi-lo, Sr. Primeiro-Ministro, recordei-me — como agora recordou também o Sr. Deputado Gomes de Pinho — de alguns discursos que aqui proferimos na passada legislatura.

Porém, suponho que em relação a esta perspectiva do seu discurso e do programa que a seguir nos fez distribuir, haverá algumas contradições, ao menos aparentes. É para as desfazer, porventura, se for caso disso, que peço a atenção de V. Ex.^a.

«Menos Estado e melhor Estado», diz V. Ex.^a, e diz muitíssimo bem.

Porém, nessa perspectiva, a reforma administrativa será um elemento essencial na condução da política do seu Governo. É, sem dúvida, uma magna questão que, por não ter sido devidamente encarada desde o 25 de Abril, constitui, porventura, uma das causas fundamentais da crise em que nos encontramos.

No entanto, podemos dizer que V. Ex.^a a subalterniza, desde logo, na nova orgânica sobre a qual estruturou o seu Governo: desaparece o Ministério da Reforma Administrativa, desaparece qualquer departamento que tenha como funções, atribuições e competências as tarefas da Reforma Administrativa, e os serviços existentes passam, se não estou em erro, para a Secretaria de Estado de Despesa Pública, no âmbito do Ministério das Finanças.

Quanto ao mais, há uma levíssima estrutura — assim classificada; um simples secretariado — no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, e há dois objectivos, vagamente enunciados, desburocratização e gestão pública, principalmente o segundo.

As magnas tarefas da reconversão do pessoal em excesso e da formação profissional não são referidas no seu programa.

Sr. Primeiro-Ministro, a primeira questão que lhe coloco é esta: não acha que há aqui alguma contradição? Como haverá «melhor Estado e menos Estado» sem uma maior atenção às tarefas da reforma administrativa?

A segunda questão tem a ver com o sector empresarial do Estado.

Aí, ao dizer expressamente no Programa do Governo que o Orçamento do Estado não pode ser — como tem sido até ao presente — a fonte privilegiada do financiamento das empresas do Estado, V. Ex.^a situa-se em posição com a qual concordamos e que é, ao que supomos, diametralmente oposta a uma outra que já houve ocasião de nos ser exposta nesta legislatura pela voz do Sr. Deputado Correia Gago, do PRD.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, nesta matéria V. Ex.^a tem alguns objectivos intermédios, como sejam, por exemplo, o de passar as empresas públicas da natureza que têm neste momento para a natureza de sociedades de capitais públicos. Qual é o objectivo, Sr. Primeiro-Ministro? É ficar por aqui ou caminhar para a verdadeira natureza de empresas de capitais mistos, isto enquanto o modelo e quadro constitucional não permitir-

outras soluções que se nos afiguram mais adequadas, inclusivamente, na perspectiva que continuamos a salientar de «menos Estado e melhor Estado»?

Uma última questão, Sr. Primeiro-Ministro: V. Ex.^a propõe-se levar, no próximo ano de 1986, a inflação a um nível de 14%. Objectivo louvável.

Realmente, V. Ex.^a já conseguiu, em experiência passada, resultados que podemos considerar de brilhantes nesta matéria da inflação. Mas como é que nos vai conduzir na perspectiva do «menos Estado»? Vai ser através de uma política de preços, que aqui fica vagamente enunciada, e vai ser novamente de controle de preços? É esse o instrumento que V. Ex.^a terá como privilegiado no domínio da inflação?

Era esta a última questão que lhe queria colocar, Sr. Primeiro-Ministro, na perspectiva de que só com o esclarecimento destas questões pontuais poderemos alcançar o verdadeiro sentido do que é a filosofia que enforma o seu programa económico.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cruz Vilaça. Dispõe de 4 minutos.

O Sr. Cruz Vilaça (CDS): — Sr. Primeiro-Ministro, o Programa que V. Ex.^a nos apresenta considera a plena integração do nosso país nas Comunidades Europeias como a primeira prioridade em política externa, como um momento histórico mesmo.

Não obstante, nesse domínio, o Programa tem insuficiências que considero graves. Referirei algumas e, para ser preciso, referirei três.

Em primeiro lugar, o Programa nada diz sobre o modo de organizar a nossa participação nas Comunidades Europeias, isto é, sobre o tipo de comportamento ou sobre a estratégia que vamos seguir no quadro das Comunidades Europeias.

O Governo tem alguma ideia sobre as exigências, simultaneamente da construção comunitária e dos nossos interesses, para organizar a nossa participação no quadro das Comunidades Europeias? Por exemplo, como vamos comportar-nos face às reformas das políticas comuns? Que solidariedades vamos privilegiar no funcionamento da Europa comunitária?

Falta, parece-me, uma filosofia da nossa participação no quadro do Mercado Comum. Ou seja, por que é que nos vamos bater?

Em segundo lugar, o Sr. Primeiro-Ministro acentuou a importância dos financiamentos da Comunidade Europeia para apoiar o nosso processo de desenvolvimento. Isso exige duas coisas: em primeiro lugar, como sabe, capacidade de absorção do sector público em projectos de infra-estruturas. Como vai conseguir criá-las? Que eu saiba, isso não é dito no Programa; em segundo lugar, exige um sistema de incentivos ao investimento de base regional, que não existe e, tanto quanto procurei, não aparece no Programa.

V. Ex.^a vai rever o SIII nesse sentido ou vai continuar a penalizar as empresas privadas, impedindo-as de beneficiar dos fundos comunitários que, ao contrário, são imediatamente acessíveis às empresas públicas?

Em terceiro lugar, o Programa refere que o recrutamento do pessoal para os órgãos comunitários merecerá a atenção do Governo.

V. Ex.^a tenciona consultar as oposições sobre as ameaças a fazer para os postos mais importantes e para as nossas representações na Comunidade Europeia?

Tenciona associar a oposição a este importante processo, por onde passa também o nosso prestígio externo, ou tenciona marginalizá-la?

Finalmente, quero colocar-lhe uma última questão.

Parece-me que o Programa do Governo não resolve uma dolorosa contradição de objectivos macroeconómicos.

Por um lado, reconhece-se como uma das consequências mais negativas da política económica dos últimos 3 anos a quebra do rendimento salarial disponível e do consumo privado. Mas nunca se é claro na definição de uma orientação que opte entre a recuperação das perdas ou a imposição de sacrifício. Neste particular, o Programa está cheio de avisos à navegação dos consumidores, direi mesmo, de ameaças do seu cinto.

Ora, parece-nos que convinha saber-se claramente com o que contamos. É certo que se promete o desagravamento fiscal do trabalho, mas então como pensa V. Ex.^a compensar a consequente quebra das receitas fiscais? Naturalmente, através de um aumento da tributação dos resultados das empresas. Com esta promessa — ou com esta ameaça — como pode o Governo ter a certeza — tal como diz na p. 36 do Programa — de que as empresas portuguesas responderão ao desafio, que é realizar um enorme esforço de investimento?!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Beiroco. Dispõe apenas de um minuto.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Creio que um minuto será suficiente para a questão que quero colocar ao Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, na apresentação do Programa do Governo, V. Ex.^a disse que defendia a revisão da lei eleitoral em sentido «que permita atingir o justo equilíbrio entre os princípios da fiel representação do eleitorado e da útil estabilidade das instituições» e referiu-se também à necessidade de uma revisão constitucional.

A questão que lhe coloco é a de saber se perspetiva a revisão da lei eleitoral no âmbito de uma revisão constitucional, que desconstitucionalize os princípios gerais de direito eleitoral hoje inscritos na Constituição — ao ponto de a representação eleitoral ser um limite material de revisão —, abrindo assim perspectivas de se poder escolher qualquer sistema eleitoral, designadamente sistemas maioritários, como vêm sendo propugnado na sociedade portuguesa por algumas vozes, nomeadamente por um dos principais candidatos às eleições presidenciais.

Ou V. Ex.^a entende apenas a revisão da lei eleitoral no âmbito da actual Constituição, e isso apenas no sentido de a maior estabilidade ser conseguida porventura à custa de um maior grau de desproporcionalidade do sistema, isto é, de com menos votos conseguir mais lugares no Parlamento?

O Sr. Presidente: — Para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não sofre dúvida que nas eleições de 6 de Outubro o povo português condenou a política

desastrosa que vinha a ser seguida pelo anterior governo e pelos que o antecederam nos últimos anos. O povo português pronunciou-se, de forma inequívoca, por uma mudança na política e nas fórmulas governativas.

Ora, tudo indica que aquilo que o PSD aqui nos traz é, nem mais nem menos, do que a mesma política, as mesmas pessoas (basta olhar para a sua bancada) e uma fórmula governativa que é em si mesma mais uma fonte de instabilidade.

E é com isto que quer governar Portugal «num plano suprapartidário» como enfaticamente disse há pouco?!

Falemos da política. Daquela que referiu no seu discurso e da que significativamente silenciou.

É que o Sr. Primeiro-Ministro evitou definir o posicionamento e as respostas do Governo em relação a quase todas as áreas de maior dificuldade. Não é isso uma manifestação evidente da fragilidade do Governo?!

Como é que se comprehende que um Primeiro-Ministro omita no seu discurso o rigoroso posicionamento do Governo face a questões como o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a garantia do pluralismo da comunicação social, a garantia da legalidade na zona da Reforma Agrária, a realização dos comandos constitucionais em relação à política de saúde e de segurança social? E a ruptura escolar e o futuro da educação? E o problema gravíssimo da habitação? E a corrupção?

Estes ziguezagues já mostram a maneira como este Governo pretende navegar por entre os escolhos e são uma tentativa de esconder que a sua política é a mesma velha política que fracassou nestes últimos anos.

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Não apoiado!

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Muito mal!

O Orador: — É apoiado, sim, Sr. Deputado, porque os governos caíram.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas mesmo no que disse há afirmações e pressupostos de uma enorme gravidade.

Como é possível que um Primeiro-Ministro, em vez de manifestar o respeito pela Constituição e assegurar ao Parlamento o seu escrupuloso cumprimento, tenha vindo declarar formalmente que o seu Programa se opõe à Constituição e encontra nela normas e «preceitos bloqueadores», apelando ao seu derrubamento?

Eu permito-me chamar a atenção dos deputados (especialmente daqueles que se propõem viabilizar o Governo) para que um dos primeiros requisitos a que tem de obedecer o Programa de qualquer governo é o respeito pela Constituição.

Aplausos do PCP.

Do que se trata é que este Governo minoritário proclama abertamente o seu propósito de prosseguir a guerra à Constituição, guerra que em si mesma constitui um factor de instabilidade para além da própria revisão da Lei Eleitoral, conhecida como «batota eleitoral».

É nesta óptica anticonstitucional que se insere a política que propõe contra a Reforma Agrária e os pe-

quenos e médios agricultores, conduzida, aliás, pelo mesmo Ministro responsável por um escandaloso chorilho de ilegalidades, abusos e prepotências.

E é, também nesta óptica, Sr. Primeiro-Ministro, que se insere a política do Governo contra o sector público, sob a bandeira do «menos Estado», que significa novas tentativas de desmantelamento das empresas públicas, desnacionalizações, descapitalizações — numa palavra: uma política de transferência dos sectores rentáveis para as mãos do grande capital.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Há nesta conclusão algum exagero Sr. Primeiro-Ministro?

Uma voz do PSD: — Todo!

O Orador: — Infelizmente para o País não, e a prova disso está em que o Sr. Primeiro-Ministro não vai responder de forma frontal e clara à nossa pergunta!

E o mesmo se poderá dizer quanto aos direitos dos trabalhadores e à anunciada revisão da legislação laboral. Falou-nos de «paz social», «confiança», «concertação», mas prepara-se ou não para retomar, entre outras peças do pacote laboral, aquela mesma lei que visa destruir o conceito de justa causa de despedimento e atirar para o desemprego milhares de trabalhadores?

Falou-nos dos salários em atraso, chamou-lhes mesmo «insustentável situação». Mas ao adiantar medidas, o que veio afirmar é que para o Governo há falências em atraso, empresas a encerrar, despedimentos colectivos a promover e autorizar. Vem a propósito, Sr. Primeiro-Ministro, interrogá-lo acerca do escândalo da LISNAVE. Vai o Governo continuar a apoiar e dar cobertura às situações de ilegalidade e flagrante injustiça social do governo anterior?! Vai consumar o despedimento colectivo?!

Mas, o Sr. Primeiro-Ministro parece ter como talismã para responder aos problemas sociais a sua «estratégia de progresso controlado». Todos nos lembramos de que em 1980 só aguentou 10 meses e os resultados foram dolorosamente sofridos pelo País.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Mal!

O Orador: — Esteve no governo durante o efémero arranque, ausentando-se oportunamente do governo quando se começaram a sentir os inevitáveis efeitos desde sempre previsíveis.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Muito mal!

O Orador: — Agora vem pedir a confiança dos agentes económicos mas para execução da mesma política que hostiliza os trabalhadores, o mundo do trabalho — que é «agente económico» fundamental e factor determinante de qualquer relançamento. Não julgue, Sr. Primeiro-Ministro, que os trabalhadores deixarão de lutar pelos seus direitos e interesses porque o Governo ameaça e adopta uma atitude arrogante. Proclamações de que há boa e má oposição, de que aqueles que defendem o regime democrático-constitucional são agitadores políticos e obstrutores sistemáticos, só comprometem a resolução dos problemas nacionais e olhe que não dão vida longa aos governos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, falou em relançamento mas omitiu qualquer referência à baixa da taxa de juro, que o PCP sempre considerou ser absolutamente necessária, possível e desejada. Em que ficamos, Sr. Primeiro-Ministro?! E se não deixou de encarar a medida será que, como em 1980, a vê como meramente transitória, aproveitando a queda do dólar ou assentará como deve ser no aumento da produção nacional, na diminuição significativa da desvalorização externa do escudo e no controle efectivo das fugas de capitais?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Sem o aumento da produção nacional, sem a produção nacional de produtos importados, sem o apoio à agricultura e à Reforma Agrária, sem a defesa e a consolidação do sector público da economia, o eventual «relançamento da economia» só pode assentar de novo nos défices externos, no aumento da dívida externa e da dependência externa.

É bem sintomático, aliás, que o Sr. Primeiro-Ministro não tenha conseguido explicar com credibilidade a forma como insere a adesão à CEE na estratégia de modernização e desenvolvimento que preconiza.

Vem agora reconhecer platonicamente a ameaça (que é séria) de sermos transformados em contribuintes líquidos. E então o seu apregoado distanciamento em relação às negociações do ex-Primeiro-Ministro Mário Soares?! E as solenes promessas eleitorais de revisão dos *dossiers*, aliás, reivindicada por um número crescente de agentes económicos (para usar a sua expressão)?!

E onde está a compatibilização do anúncio de uma política de aumento da produção nacional e de substituição e importações, com acordos com a CEE que abrem as nossas fronteiras a produtos da CEE hoje produzidos em Portugal?

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados: o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo fartam-se de dizer que o remédio para os problemas da economia e outros é «dar confiança», mas o Governo adoptando a fórmula minoritária carece de negociar todos os dias a confiança para o dia seguinte.

Não acha, Sr. Primeiro-Ministro, que isto é contraditório? Não acha que a natureza minoritária do Governo impede à partida um clima de confiança?!

A propósito de confiança, verificamos que o Sr. Primeiro-Ministro, cautelosamente, não aludiu à questão da apresentação de uma moção de confiança. Abandonou esse propósito por compreender que nenhum partido pode viabilizar a confiança no Governo, a menos que queira tornar-se solidário e responsável por ele? Esta questão põe em evidência, com muita força, a fragilidade e efemeridade do Executivo que construiu. Não é este, evidentemente, o drama para o País. O que é dramático é que, mais uma vez, se estejam a adiar, no plano da política e das soluções de governo, a concretização das perspectivas da alternativa democrática que resultaram consistentemente do sufrágio de 6 de Outubro.

Pela nossa parte, podemos, no entanto, dizer que não temos nisto nenhuma responsabilidade e que com coerência nos opomos à política de direita que este Governo quer continuar, à sua fórmula governativa, fundamentadora de novas instabilidades e por tudo o que dissemos proporemos no momento oportuno a moção de rejeição do Programa deste Governo.

Com esta atitude contribuiremos para que se criem as condições para a formação de um governo democrático que dê verdadeira resposta aos problemas dos Portugueses e de Portugal.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia Gago.

O Sr. Correia Gago (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, vou referir-me à estrutura do seu Governo. Sóbria e inovadora, há todavia duas ou três coisas que desejo saber dela, e creio que todos lucraremos com as explicações que V. Ex.^a queira ter a bondade de nos dar a tal respeito.

Começarei pelo Ministério que brasona a sua designação com a palavra Plano que aqui se invoca. Tal conceito apenas reaparece, na estrutura no Ministério, em meia Secretaria de Estado, através da noção processual, adjetiva, de planeamento. Essa meia Secretaria de Estado encontra-se, para mais — ou melhor, para menos —, rodeada de temas regionais, locais, ambientais e naturais por todos os lados menos por um, que é a investigação científica.

Não tendo o Ministro, aparentemente, responsabilidades de coordenação económica atribuídas, não revestindo a categoria de Ministro de Estado, não dispondo de comando sobre o orçamento, que Plano devemos esperar que este Ministério produza?

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Muito bem!

O Orador: — De onde virá a substância para a coordenação das vertentes espaciais do desenvolvimento a que V. Ex.^a se referiu?

Gostaria ainda de saber que lógica subjaz à colocação do desenvolvimento regional, por um lado, e do ordenamento do território, por outro, em secretarias de Estado diferentes?

Segunda área — os Negócios Estrangeiros: quer V. Ex.^a aclarar a intenção política que o levou a diluir a causa da cooperação, que presumo compreenda a cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa, a diluir essa causa, dizia, no âmbito de uma Secretaria de Estado, dita dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação?

É que, Sr. Primeiro-Ministro, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros tem servido, já diria tradicionalmente, para dotar o Ministro de um secretário de Estado que, funcionando praticamente como adjunto, faça a administração corrente da diplomacia portuguesa, libertando o Ministro para o estudo e intervenção sobre os grandes problemas e as grandes orientações da política externa. Que significa, pois, esta associação de funções? A banalização real da cooperação, permitindo-lhe uma aparente sobrevivência com autonomia meramente vocabular? V. Ex.^a nos dirá, se faz favor.

Terceira área, Sr. Primeiro-Ministro: o que o fez sentar o turismo à sua mão direita? Digo assim porque, se a ordem de precedências significa alguma coisa, creio que a juventude, essa, a sentou à sua mão esquerda... Mas porquê o turismo? Não ignoro, ninguém ignora, a enorme importância económica e financeira do turismo, ela é evidente. Mas trata-se de um sector especializado, com as suas técnicas próprias de produção

de serviços e de promoção e venda. Trata-se de um negócio. Qual o pensamento político que o levou a atribuir-lhe a significativa dignidade de o chamar ao seu gabinete? Por que o preferiu, por exemplo, à cultura, já que entendeu degradá-la para o nível de Secretaria de Estado? Ou à investigação científica a tecnológica, por outro exemplo?

Antecipadamente lhe agradeço, Sr. Primeiro-Ministro, se quiser esclarecer melhor o desígnio político que determinou estes aspectos da arquitectura global do Ministério que formou.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Pinho.

O Sr. Ivo Pinho (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, na declaração que proferiu esta manhã, V. Ex.^a afirmou que será praticada uma política anti-inflacionista. A este propósito, gostaria que fossem esclarecidas as seguintes questões: o Governo prevê que, em 1986, a inflação será de 14%? Esta taxa respeita a valores médios ou é medida de Dezembro a Dezembro?

Segunda questão: como vai o Governo gerir e arbitrar a conflitualidade entre a aplicação da política anti-inflacionista e a inerente tendência para o aumento do desemprego?

Terceira questão: que meios vai o Governo utilizar para combater a inflação? Será que iremos assistir à repetição da receita de 1980, isto é, à revalorização do escudo, à manipulação dos preços dos bens produzidos pelas empresas públicas e à concessão de subsídios a bens alimentares?

Quarta questão: que política de concertação social será prosseguida pelo Governo? Como — e por quanto tempo — pensa o Governo cumprir o que afirma no seu Programa em matéria de persuasão das empresas para a redução das suas margens unitárias de lucro?

Por outro lado, e atenta a inflação programada, pensa o Governo fixar uma norma salarial para a evolução dos salários nominais?

Prometeu também V. Ex.^a, esta manhã, que o Governo irá praticar uma política de recuperação económica. Nesse contexto, gostaríamos de saber qual a trajectória que o Governo prevê para a evolução da dívida externa nos próximos anos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral.

O Sr. Roberto Amaral (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Gostaria de ser informado do pensamento do Governo sobre três questões muito concretas relacionadas com as autonomias regionais dos Açores e da Madeira e que, estas sim, dizem directamente respeito a atribuições e competências do Governo, ao contrário da questão referida pelo Sr. Primeiro-Ministro dos círculos eleitorais dos Açores e da Madeira para o Parlamento Europeu que é da competência desta Assembleia.

Vozes do PRD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Faço estas perguntas porquanto a prática de anteriores governos, nomeadamente do primeiro governo da AD, em que V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, tinha responsabilidades como Ministro das

Finanças, não foi de molde a que as populações dos Açores e da Madeira fiquem agora muito tranquilas quanto às perspectivas de desenvolvimento económico e social das suas regiões:

Concretamente:

Qual o critério de cobertura dos défices dos orçamentos regionais que o Governo pensa adoptar?

Como encara o Governo os problemas dos custos da insularidade que impõem sobre as regiões, não apenas sobre a Administração Pública Regional, mas, de uma maneira geral, sobre todos os cidadãos nelas residentes?

Pensa o Governo imputar às regiões uma quota-parte dos prejuízos e dos lucros das empresas públicas com actividade nas regiões?

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos de Vasconcelos.

O Sr. José Carlos de Vasconcelos (PRD): — O PRD notou com agrado que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que o Governo assume o compromisso de respeitar escrupulosamente a ordem constitucional — o que considera essencial para que qualquer governo possa existir, e depois subsistir, e espera venha a ter correspondência na prática política do Executivo.

Porém, um pouco mais à frente, o Sr. Primeiro-Ministro referiu «a sua firme convicção de que é indispensável para o País uma nova revisão constitucional, com um conteúdo que corresponda às posições defendidas na campanha eleitoral pela generalidade dos partidos democráticos».

Sem entrar na questão de se poder considerar que esta alusão significa uma intromissão na área da competência exclusiva desta Assembleia, depois de o Sr. Primeiro-Ministro exactamente dizer que não pretende interferir nessa área; sem entrar na análise da equivoca qualificação utilizada pelo Sr. Primeiro-Ministro ao referir-se a «partidos democráticos», que revela um certo maniqueísmo e não parece muito favorável ao clima de diálogo de que V. Ex.^a se afirmou defensor, pergunta-se: entende o Sr. Primeiro-Ministro que o Executivo que chefa é ou não capaz de prosseguir a alcançar os seus objectivos programáticos com esta Constituição? Concretizando melhor: se não vier a verificar-se, e nada garante que venha a verificar-se, a revisão constitucional, tal como o seu Governo e o seu partido a entendem, pensa V. Ex.^a que terá condições para governar e, caso negativo, retirará daí as consequentes ilações? Ou deverá entender-se a posição desde já assumida por V. Ex.^a quanto à revisão constitucional como a indicação de um futuro álibi para a eventual ineficácia ou falência da acção governativa; na linha do que fizeram outros governos que o seu partido liderou e que usaram esse mesmo álibi?

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, as minhas questões dizem respeito a uma parte da exposição de V. Ex.^a, relacionada com a política externa.

Fiquei com a ideia de que para o Sr. Primeiro-Ministro havia no mundo uma entidade estatal, que seria Portugal, e que o resto da sua concepção era mais federalista do que bilateral nas relações internacionais.

Haveria, portanto, a CEE, a Aliança Atlântica e os países de expressão portuguesa.

Creio que as relações internacionais ainda se fazem através dos Estados — penso que os Estados ainda existem — e, portanto, gostaria de ser elucidado, por exemplo no caso das relações com a CEE, se sim ou não Portugal dará prioridade à política relacionada com a Espanha e se a política bilateral com a Espanha terá ou não um cuidado especial por parte do Governo.

Ainda no que diz respeito às relações bilaterais, gostaria de saber se, sim ou não, o Governo dá importância às relações com os Estados Unidos da América e se, no caso concreto das relações com esse país, está de acordo com o organigrama e a filosofia da recente Fundação Luso-Americana, que embora feita para operar com dinheiros portugueses, em território português, é presidida por um estrangeiro.

Por último, gostaria de saber se o Sr. Primeiro-Ministro pensa fazer uma política multilateral em relação à África ou se, pelo contrário, tenderá a fazer uma política bilateral estudando cada *dossier* pelos seus méritos, ou seja, não confundindo Angola com Moçambique, nem Moçambique com a Guiné-Bissau.

São estas as questões que aqui deixo para um posterior esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, durante a campanha eleitoral, V. Ex.^a referiu-se a uma alegada necessidade de renegociar o Tratado de Adesão à CEE.

Gostaria que confirmasse perante esta Assembleia se V. Ex.^a mantém essa opinião e se entende ser oportuno fazer essa renegociação imediatamente após a adesão. E, em caso afirmativo, quais são os *dossiers* que o seu Governo entende renegociar e qual a sua posição face às negociações em curso com a Espanha?

Por outro lado, V. Ex.^a, no discurso de apresentação do Programa, referiu que não poderemos aceitar uma situação de contribuintes líquidos para o orçamento comunitário. Assim, gostaria que nos esclarecesse sobre as iniciativas que julga indispensáveis para que tal não aconteça e agradecia que também nos informasse sobre como pensa assegurar que Portugal venha a receber um volume significativo de transferências comunitárias que garantam uma contrapartida a eventuais custos decorrentes da nossa adesão à Comunidade Económica Europeia.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, agradecia que nos dissesse quando pensa apresentar a esta Assembleia o Orçamento e o Plano para 1986.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Feu.

O Sr. António Feu (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro referiu «permaneceram na nossa sociedade bloqueios que dificultam a resolução eficiente dos problemas do País» e disse-o

para assinalar as dificuldades que tais bloqueamentos apresentam no momento em que enfrentamos o desafio da adesão à CEE.

Por isso, e em relação ao sector primário, pergunto a V. Ex.^a, no que respeita à agricultura, que medidas vão ser implementadas para divulgar as consequências da adesão, atenuar os seus choques e adaptar as estruturas. Vão, ao menos, ser traduzidos e postos à disposição os textos que têm de ser conhecidos? E nas pescas?

Quais as razões que levaram à extinção do Ministério do Mar? Terá a Secretaria de Estado das Pescas, agora integrada no MAP, verdadeira autonomia administrativa e operativa, ou voltará a estar abrangida pela antiga e centralizadora lei orgânica?

Que meios pensa o Governo pôr à disposição do sector para desenvolver e reforçar a investigação dos recursos, o seu racional aproveitamento e também para intensificar as acções na formação técnico-profissional?

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pegado Liz. V. Ex.^a, Sr. Deputado, dispõe de 2 minutos.

O Sr. Pegado Liz (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A série de questões que a bancada do PRD acaba de pôr ao Governo é bem sintomática de alguma perplexidade perante a forma como V. Ex.^a fez a apresentação do Programa do Governo.

É que, ressaltando embora a necessidade de diálogo com os partidos políticos na oposição e de transparência de processos do Governo, apresentou-se V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, não só como conhecedor de todas as dificuldades da tarefa da governação que lhe compete mas também como o portador da boa-nova das respectivas soluções. De todas.

Ora, para nós, em regime democrático, as soluções não são privilégio de ninguém e apenas os consensos, obtidos após alargado debate das propostas válidas de todos os que, sem distinção ou excepção, representam o povo português, podem definir o rumo a que o Governo deve emprestar a sua força executiva para dirigir o País.

E aqui a primeira das questões: ao apresentar-se como portador das soluções para os problemas estudados, será que o Governo enjeita liminarmente o passado governativo do seu partido, fazendo tábua rasa do que foi a sua participação em anteriores executivos, ou pretende dar continuidade a medidas políticas que vêm do anterior e, nesse caso, o que vai continuar da sua actuação pretérita?

Por outro lado, assumiu o Sr. Primeiro-Ministro o compromisso de reconduzir o Estado ao seu papel de pessoa de bem. No entanto, em regime democrático, tal significa uma política aberta de permanente diálogo e concertação, não só com os partidos políticos como com os restantes parceiros e grupos sociais a quem o Governo deverá prestar contas da sua actuação e da conduta dos seus servidores, a começar pelos membros do próprio Executivo.

A esta luz perguntaria: qual o âmbito a que pretende alargar o combate à corrupção, e com que meios? Vai o Governo reencetar a dança dos gestores públicos, na senda de governos anteriores, pródigos na exoneração

de titulares de cargos públicos sem motivo justificado, sem adequada indemnização e com a mera invocação de uma indemonstrada conveniência de serviço?

Mais ainda, como se propõe o Governo despoliticizar as nomeações de gestores públicos e conferir real autonomia e responsabilidade à gestão das empresas públicas?

Muito concretamente: qual vai ser a política do Governo nas nomeações para a gestão das empresas públicas da comunicação social? Designadamente que equipa de gestores já previu o Governo colocar na RTP? E como vai garantir a independência, a seriedade e o pluralismo na comunicação social estatizada?

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome da minha bancada, como partido da oposição, queria cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo, registando que a mensagem contida no discurso do Sr. Primeiro-Ministro se caracterizou pelo anúncio da abertura de um novo ciclo na vida política portuguesa, apresentando-se o Governo a que preside como um referencial de estabilidade para o País.

Na verdade, este Governo chega a um Parlamento que, por virtude de uma crise política anterior, é hoje um Parlamento mais dividido e fracturado, onde a base parlamentar de apoio ao executivo é substancialmente menor e onde também se regista a ocorrência de este ser o mais minoritário de todos os governos da democracia portuguesa.

Estes factos políticos foram naturalmente omissos na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e foram-no certamente para encobrir essa mesma realidade.

Na verdade, com a crise económica e social existente, perante os desafios da integração europeia e face às dificuldades que se avizinharam, a solução política protagonizada pelo actual Governo é manifestamente uma solução politicamente fraca.

O discurso do Sr. Primeiro-Ministro foi omissão em relação à seriação dos grandes problemas e dificuldades nacionais e foi também particularmente omissa e ténue em relação ao traçar de soluções ajustadas para enfrentar e debelar a crise que o País enfrenta, o que no caso particular do Sr. Primeiro-Ministro, e em virtude da própria forma como assumiu a sua campanha eleitoral e as promessas que fez à opinião pública, é já sintoma de uma relativa gravidade, é já a expressão do próprio carácter minoritário e da debilidade política em que o Governo se encontra. Isto porque através dessa omissão o que verdadeiramente está em causa é o escamoteamento das questões reais com que o País se debate e a sua diluição num discurso construído para a grande opinião pública através da explicitação do óbvio e não da enunciação do difícil, do particular ou do existente.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não, apoiado!

O Orador: — O actual Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, chega a esta Assembleia para uma investidura parlamentar depois de ter obtido a investidura presidencial, que não foi apenas um acto politi-

camente simbólico; foi um acto politicamente substancial, visto que, para além do ritual e da solenidade, houve um forte apoio político do Presidente da República ao actual Executivo e em especial à figura do seu Primeiro-Ministro, contrastando, aliás, com todas as investiduras do Governo ocorridas em momentos anteriores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ora, como naturalmente o actual Governo não deseja, não pretende e não será apenas um Governo dada confiança do Presidente da República, põe-se nesta investidura parlamentar um problema candente que é o problema do suporte político e parlamentar do Governo.

Isto porque, naturalmente, se o Governo fosse apenas dependente do Presidente da República, ele ainda seria mais fraco do que aquilo que, à partida, nos induz ao apresentar-se neste Parlamento e certamente que o Executivo presidido pelo Prof. Cavaco Silva não deseja encontrar-se nessa situação de dificuldade.

Ora, como o Prof. Cavaco Silva acabou de ter uma ronda de conversações políticas com várias formações partidárias, nós desejariamois perguntar-lhe quais são, para além do seu partido, os apoios parlamentares — positivos ou por abstenção — com que ele conta para viabilizar o seu Governo e para falar desde já, e na própria Assembleia da República, como se o Governo se encontrasse automaticamente investido.

Em segundo lugar, quanto à questão da própria composição e da natureza política do Governo, nós desejariamois saber se, da clareza do estilo decidido do actual chefe do Governo e da forma como ele se apresentou nesta Assembleia, é lícito concluir que, em coerência, este Governo colocará uma moção de confiança ao Parlamento, visto que, do carácter rectilíneo da sua argumentação política e da autoconvicção que se deduz das suas palavras, nos resta concluir que um governo com semelhante vocação terá necessariamente que colocar, como acto fundante da sua própria acção governativa, a questão da moção de confiança ao Parlamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não o fazer nesta ocasião seria retirar-lhe uma densidade que virá, porventura, a ser necessária para enfrentar, no futuro, os grandes desafios que as dificuldades nacionais exigem.

Por outro lado, o Prof. Cavaco Silva, aquando da campanha eleitoral, ao pretender renovar um novo estilo de fazer política, comprometeu-se com duas questões para as quais politicamente se não encontra resposta na sua intervenção inicial no Parlamento.

A primeira dessas questões é a questão dos salários em atraso. É manifestamente insuficiente a forma como o actual Governo posiciona uma resposta adequada a essa problemática face ao peso que essa questão assumiu no discurso eleitoral do partido a que V. Ex.^a preside.

Por outro lado, e também já foi sublinhado, o actual Programa do Governo é omissão no que refere à renegociação do Acordo com as Comunidades Europeias. A este propósito gostaríamois também de saber quando é que o Governo anuncia e decide a estrutura-

ção dos mecanismos da Administração e do Governo Português aptos para gerir a integração europeia do País e a sua articulação com as Comunidades.

Gostaríamos também de saber se o Governo se vai pautar por estritos critérios de isenção, neutralidade e competência nas designações a efectuar, em nome do País, para os diversos órgãos e instâncias das Comunidades Europeias.

Risos do PSD.

Naturalmente que precisamos de mais tempo para ver, com detalhe, o Programa do Governo em todas as suas incidências, mas uma primeira leitura faz-nos concluir que ele é, porventura, o mais abstrato, o mais ideológico, o mais filosófico de todos os programas de governo, onde abundam as grandes frases, mas onde escasseiam as grandes medidas concretas e a sua seriação, porventura, precisamente para iludir o problema da falta de apoio político e parlamentar do Governo e para sublimar essa carência na retórica da generalidade.

É um Programa do Governo que não tem índice e é um Programa do Governo que tem a particularidade de começar pela defesa nacional e acabar pelo desporto. Não sei se a isso preside a filosofia do novo Executivo de querer começar a trabalhar em marcha lenta para depois acabar em passo de corrida...

Risos.

... mas creio que o que aí se revela é uma falta de sistemática na ordenação das questões de importância quanto às exigências da Administração e do próprio Governo.

Nós, naturalmente, vamos aguardar as explicações de V. Ex.^a e dos seus ministros, mas gostaríamos, ao iniciar este debate, de colocar estas questões políticas, porque, naturalmente, V. Ex.^a sabe que lhe não basta o apoio presidencial nem a autoconfiança para que o seu Governo possa levar a bom termo as tarefas que lhe serão cometidas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

V. Ex.^a dispõe de 6 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Pela bancada do Partido Socialista perpassou um pressentimento de mau agouro quando ouviu o discurso de V. Ex.^a

Efectivamente, na introdução de um debate do Programa do Governo, o discurso do Primeiro-Ministro deve ser sempre a síntese, a súmula das linhas de força desse mesmo Programa do Governo.

Quanto às afirmações e omissões que esse discurso contém, devo dizer que algumas das omissões são significativas e algumas das afirmações são insignificantes.

Entre as omissões não podem deixar de ser salientadas questões cruciais como a agricultura, palavra que foi completamente ignorada no discurso de V. Ex.^a, como se o sector da agricultura portuguesa e os problemas com ela relacionados não fossem questões vitais para o futuro do nosso país.

O tema da habitação — esse drama social que o partido de V. Ex.^a, bem capitaneado pelo actual Primeiro-Ministro, desenvolveu a esmo de Norte a Sul do País, prometendo a toda a gente casa mobilada desde já — também é completamente omissa no discurso de V. Ex.^a

Risos do PSD.

Uma voz do PSD: — Não brinque!

O Orador: — É bom sinal ver a bancada de apoio do Governo ligeiramente preocupada...

Uma voz do PSD: — Deixe-nos rir!

O Orador: — Posso continuar? Dão-me licença?

Vozes do PSD: — Pode!

O Orador: — A regionalização foi também uma pista forte do discurso eleitoral e particularmente na região do Algarve, que, por acaso, embora não pareça se se olhar para a bancada, é a região de que V. Ex.^a é oriundo.

No entanto, esse problema, que é grave e que está previsto na Constituição, embora até agora nunca tenha sido posto em prática, é completamente remetido para a vala comum discreta das autonomias regionais, o que não é a mesma coisa.

Fala-se de desenvolvimento regional, fala-se das assimetrias regionais, mas não se fala naquilo que é importante definir, isto é, que caminhos pretende o Governo percorrer e propor a esta Assembleia para levar a cabo a descentralização administrativa e as regiões-plano.

Depois há ainda a questão nuclear do Governo — que o meu camarada Jaime Gama já focou e que eu, com licença de V. Ex.^a, vou retomar mais em pormenor —, que é a da legitimação parlamentar deste Governo.

Na verdade, Sr. Primeiro-Ministro, segundo as palavras de V. Ex.^a, «a Assembleia da República é o rosto e a voz de toda a comunidade». Daqui deriva obrigatoriamente a necessidade de legitimação deste Governo perante o rosto e a voz da comunidade. Se o rosto e a voz da comunidade não estiverem com o Governo, o Governo não é legítimo...

Este Governo apresenta-se à Assembleia sem assegurar prévio apoio parlamentar e propõe-se governar, durante a legislatura, aparentemente sem maioria estável, sobrevivendo graças a apoios flutuantes e pontuais.

Em democracia, e segundo o nosso sistema político, os governos devem ser da responsabilidade conjunta do Presidente da República e dos partidos que constituam uma maioria estável e coerente, mas a responsabilidade partidária e parlamentar só surge quando o apoio partidário é aqui dado expressamente através da votação de uma moção de confiança.

Acresce que as circunstâncias reais e difíceis do País impõem um executivo forte, que só existirá pela via da legitimação parlamentar expressa.

Neste enquadramento, e muito concretamente porque julgo este enquadramento indiscutível, propõe-se ou não V. Ex.^a submeter o seu Governo ao voto de confiança da Assembleia da República?

E, se o não faz, como pode pretender que este seja um governo legitimado democraticamente, dotado de força, de competência e de autoridade democrática?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, a quem lembro que apenas dispõe de 2 minutos.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep. — UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Vou abordar apenas uma questão por razões óbvias de indisponibilidade de tempo, que, aliás, só utilizo pela generosidade do PS... mas isto são outros contos com os quais nem o Sr. Primeiro-Ministro nem o Governo têm a ver.

Como dizia, vou colocar uma questão que já foi abordada, mas que gostaria de pôr sob um outro ângulo. Penso que, vista desse ângulo, a resposta que o Sr. Primeiro-Ministro nos der servirá para uma melhor interpretação do sentido real das suas declarações:

É que, Sr. Primeiro-Ministro, não se pode afirmar num determinado momento, com solenidade, determinada coisa que páginas adiante se desmente.

O Sr. Primeiro-Ministro começa por fazer uma profissão de fé na Assembleia da República e a seguir afirma aqui que os representantes dos Açores e da Madeira terão o lugar assegurado no Parlamento Europeu.

A que título o faz, Sr. Primeiro-Ministro?

Como Primeiro-Ministro não o deveria fazer, pois devia saber que é matéria de competência estrita da Assembleia da República. Se o faz como líder partidário, com a segurança que, porventura, lhe advinha de acordos que tenha feito com partidos que, por acto ou omissão, venham a propiciar a passagem deste Governo, também o não deveria ter feito porque falou aqui como Primeiro-Ministro e não como líder partidário.

Creio que esta afirmação augura muito mal do sentido autêntico do respeito proclamado pela instituição parlamentar.

Aliás, julgo que a questão vale não tanto por si própria mas pela resposta que o Sr. Primeiro-Ministro nos der, resposta essa que — como eu disse — nos permitirá fazer uma leitura autêntica deste Programa que, no fundo, como quase todos, é um rosário de pias intenções, da autenticidade e da sinceridade dos propósitos que nele se proclamam.

Aplausos de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ficam prejudicadas as intervenções dos Srs. Deputados Coimbra Martins e António Guterres.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: A primeira afirmação que queria produzir perante esta Câmara é a de que o Grupo Parlamentar do PSD — e associo-me em especial a essa posição — declara formal e solenemente o seu apoio ao Governo presidido pelo Prof. Cavaco Silva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso é que é coragem!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Isso é novo!

O Orador: — É uma afirmação que importa que fique clara e que temos consciência de que tem as suas implicações.

É uma afirmação de apoio que tem bem presente a co-responsabilização do Grupo Parlamentar do PSD pela acção do Governo; é um apoio que naturalmente conta basear-se num diálogo constante e permanente entre o Governo e o grupo parlamentar que o apoia, designadamente no que respeita às orientações e medidas de maior relevância política.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Onde é que eu já ouvi isto?!

O Orador: — Este apoio do Grupo Parlamentar do PSD afirma-se, tendo presentes o discurso de posse do Sr. Primeiro-Ministro, o discurso que acaba de fazer na apresentação do Programa do Governo e o próprio Programa do Governo.

A linha política definida nestes discursos e neste Programa e as medidas anunciadas traduzem com fidelidade o projecto, o discurso e os compromissos com que se apresentou, nas eleições de 6 de Outubro passado o PSD de que este Governo emana.

Representantes directos do eleitorado que preferiu claramente o projecto que corporizam, os deputados sociais-democratas não podem deixar de registar com muito apreço mais esta prova de coerência e de respeito pelos compromissos assumidos.

Respeita-se, assim, uma exigência ética que o PSD sempre considerou e considera tão instante no comportamento dos partidos como no dos indivíduos e que pode justamente ser considerada como inerente ao próprio conceito de democracia. O mandato conferido aos políticos não é um cheque em branco, é um mandato conferido para a realização do programa com que aqueles, que foram eleitos, se apresentaram ao eleitorado.

Os eleitores mostraram claramente preferência pelo programa eleitoral do PSD e manifestaram a sua confiança nas pessoas que se propuseram realizá-lo, com natural relevo para o seu líder, Prof. Cavaco Silva, que, por isso, preside por direito próprio e com plena legitimidade ao Governo que hoje se apresenta perante a Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

A confiança e o apoio que o PSD hoje afirma ao Governo acaba assim por ser um corolário lógico do resultado das últimas eleições legislativas.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que o Programa do Governo é, simultaneamente, equilibrado e realista. É um programa que aposta no futuro e no progresso do nosso país, na melhoria das condições de vida dos Portugueses, em aproximação progressiva ao nível de vida de que já disfrutam os cidadãos dos países mais desenvolvidos da Europa que vão ser os nossos futuros parceiros nas Comunidades Europeias. É um programa de quem acredita na real capacidade dos Portugueses para construir o seu futuro — aliás, sempre demonstrada ao longo da nossa história secular, designadamente nos momentos ou períodos de maiores dificuldades ou provações, mas é também um programa realista que tem na devida conta

as dificuldades e os problemas existentes, cuja resolução é, todavia, possível e até, em alguns casos, presente e inadiável.

Em suma, é um programa que prima pelo rigor e pelo equilíbrio com que identifica os grandes problemas nacionais, que têm dignidade para nele serem tratados, e pelo acerto das soluções propostas para os resolver.

É, ainda, um programa que tem como suporte humano uma equipa bem estruturada, com pessoas que apresentam como características reais relevantes — a começar pelo Primeiro-Ministro — a comprovada competência para a solução eficaz dos problemas concretos que se perfilam no quadro da acção governativa.

Qualquer observador, mesmo não muito atento, reconhecerá que a estrutura do Governo foi ditada pelos objectivos a atingir e não, como tantas vezes aconteceu no passado, pelas pessoas que no Governo interessava incluir.

Por tudo o que foi dito, pelo Programa e pelas pessoas que o compõem, é lícito concluir que este Governo tem condições para corresponder positivamente às responsabilidades que assumiu.

É afirmamos isto tendo bem presente que este Governo não tem na Assembleia da República apoio maioritário...

Com efeito, consideramos que as dificuldades que daqui resultam não são intransponíveis e que, de qualquer modo, não devem ser exageradas.

Em primeiro lugar, há que lembrar que esta solução governativa se mostrou na realidade presente a mais conveniente para o País.

Recorde-se que todos e cada um dos partidos da oposição se mostraram indisponíveis para acordos de Governo ou de incidência parlamentar com o PSD.

Recorde-se que o PSD tinha justamente assumido o compromisso de governar sozinho se das eleições não resultasse uma maioria viável. A atitude mais certa neste contexto não pode deixar de ser a de louvar a coragem do PSD e a do seu Líder em assumir sozinho as responsabilidades de governo, na sequência dos compromissos assumidos.

Por outro lado, temos de ter presente a experiência do passado.

Creio que já hoje está demonstrado que a estabilidade de um governo não está assegurada pelo simples facto de ele dispor de uma maioria da Assembleia da República, mesmo de uma maioria muito ampla.

A estabilidade de um governo depende muito mais da capacidade com que ele enfrenta os problemas nacionais, da competência que revela, da resolução concreta dos problemas dos Portugueses do que propriamente das maiorias de que desfruta.

O Sr. António Capunho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Até porque uma maioria que se preza de o ser o de corresponder às suas responsabilidades é a primeira a criar a instabilidade num governo que não se revela capaz de corresponder às responsabilidades que assumiu.

Aplausos do PSD.

Por outro lado, como já foi justamente acentuado pelo Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso de posse, é indiscutível que as responsabilidades por aquilo que de positivo ou de negativo este Governo vier a fazer

no futuro não podem, à partida, ser atribuídas exclusivamente ao Governo ou ao partido que o apoia. Essas responsabilidades hão-de justamente atribuir-se a quem, pela positiva ou pela negativa, contribui para que os problemas do nosso país sejam resolvidos ou, pelo contrário, não haja possibilidade de os resolver.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro disse com toda a clareza que o Governo assumia as suas responsabilidades.

O Grupo Parlamentar do PSD assume também as suas responsabilidades, a primeira das quais é a de dar toda a colaboração e todo o apoio ao Governo para que as medidas e as orientações expressas no programa eleitoral que o PSD apresentou aos Portugueses venham a ter concretização e para que, efectivamente, sejamos capazes de entrar num período em que os Portugueses vejam abrir à frente dos seus olhos um horizonte de esperança, em vez de perderem cada dia que passa essa mesma esperança e de verem piorar cada vez mais as suas já difíceis condições de vida.

Nós acreditamos que as medidas propostas pelo Governo são as adequadas para a resolução dos problemas deste país. Verificamos que os grandes problemas crónicos de que depende a resolução dos problemas concretos dos Portugueses estão efectivamente contemplados no Programa deste Governo. E estão contemplados com coragem, porque é importante que se tenha presente que não há possibilidade de melhorar as condições de vida dos Portugueses enquanto persistirem na nossa sociedade bloqueamentos da mais diversa ordem — nomeadamente no capítulo da nossa economia e das relações laborais — que impeçam as empresas de competir com outras, designadamente no estrangeiro, e assegurar a devida produtividade das empresas e do trabalho para que estas e os trabalhadores possam ter a justa compensação do trabalho desenvolvido.

É uma utopia ou, mais do que utopia, é um «não senso» pensar-se que algum dia no nosso país será possível melhorar as condições de vida dos Portugueses, melhorar as condições de vida dos trabalhadores, enquanto não estiverem estabelecidas condições normais de desenvolvimento das nossas actividades económicas, tendo em conta nomeadamente as condições que aqueles que competem com as nossas empresas — aliás, já em si mesmas pior apetrechadas — desfrutam em países estrangeiros.

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ora, este Governo tem com certeza a plena consciência de que não é fácil, não dispondo de uma maioria parlamentar, adoptar algumas das medidas que são absolutamente indispensáveis para que se entre definitivamente numa estratégia de progresso controlado, mas assume a posição corajosa de não recusar essas medidas, apresentando-se aqui na mesma posição em que se apresentou ao eleitorado, considerando-as necessárias e indispensáveis para resolver os problemas nacionais.

Gostaria de pôr em relevo que pela minha parte não considero necessário fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro — porque o Programa e o discurso de apresentação se me afiguram particularmente claros e equilibrados —, nomeadamente porque não é possível

pensar-se que num programa do Governo se podem apresentar soluções para todos os problemas do nosso país, por mais pequenos que sejam.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quem pensa assim não sabe o que é um programa de governo, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... nomeadamente porque num discurso de apresentação não podem nem devem ser fôcados todos os problemas de todas as áreas que estão incluídas num programa do Governo, sob pena de ele não corresponder minimamente à finalidade a que é adequado.

Por tudo isso, e não havendo lugar para pôr questões, uma vez que o Programa do Governo é claro, assim como o discurso de apresentação — aliás, na linha de propostas já muito claras do partido que apoia o Governo —, quero terminar estas minhas considerações pondo em relevo alguns dos aspectos que o Grupo Parlamentar do PSD considera mais positivos no Programa do Governo e que, naturalmente, foram também referenciados no discurso do Sr. Primeiro-Ministro.

Em primeiro lugar, tenho a impressão de que é já um consenso muito generalizado o de que o Estado Português, longe de ser um factor de potenciação das capacidades dos cidadãos e das organizações económicas, pelo contrário, pela sua desorganização e com certeza até pelo excesso de áreas em que se quer desenvolver, produz exactamente o efeito inverso: em vez de promover o desenvolvimento de actividades dos cidadãos, o Estado cria em todos os domínios entraves ao livre desenvolvimento da capacidade dos indivíduos e à sua plena realização pessoal.

Há, portanto, que actuar e que actuar determinadamente, no sentido de fazer com que o Estado cumpra rigorosamente a sua missão, em poucas palavras, no sentido de termos melhor Estado com um Estado mais reduzido à sua própria esfera individual.

Da mesma maneira se torna importante uma atenção muito especial para os problemas de segurança dos cidadãos. Cada vez que são postas em causa normas fundamentais da nossa sociedade é posta em causa a possibilidade concreta dos cidadãos exercerem os seus direitos. Por outro lado, há que registar a determinação do Governo em enveredar por uma estratégia de progresso, embora controlada, com a consciência clara de que só numa estratégia de progresso — isso também já está demonstrado — é que é possível corrigir as distorções e os desequilíbrios estruturais da nossa economia.

Uma palavra de muito apreço pela importância que é dada ao desenvolvimento regional, à correcção das assimetrias regionais e sobretudo à valorização dos recursos humanos da nossa sociedade, que é o capital mais importante e mais abundante de que nós desfrutamos, com uma importância especial no domínio da educação e da formação profissional e com uma palavra pelas comunidades portuguesas.

Finalmente, merece também ao Grupo Parlamentar do PSD uma palavra de muito regozijo o facto de o

Governo ter escolhido exactamente como primeira medida a adoptar o aumento das pensões sociais ...

Aplausos do PSD.

... demonstrando assim a sua preocupação com os problemas das pessoas mais desfavorecidas.

Por tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, podem contar com o apoio empenhado e sincero do PSD, numa via de diálogo e de co-responsabilização.

Manifestamos a nossa plena confiança no Governo que se apresenta perante a Assembleia da República e, estamos seguros de que ele vai efectivamente dar um contributo decisivo para a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pelas razões que referi inicialmente, vou suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

Entretanto, peço mais uma vez aos representantes dos grupos parlamentares que se dirijam ao meu gabinete para realizarmos uma reunião a fim de tratarmos de assuntos relativos à Defesa e à Comissão de Integração Europeia.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

Eram 17 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas.

O Sr. Presidente: — Para responder às questões que lhe foram formuladas, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo sente-se satisfeito com o número extraordinariamente elevado de questões que lhe foram postas. É prova do interesse que a apresentação do Programa suscitou. Foram feitas cerca de 160 a 170 perguntas.

Não será possível hoje, aqui, nesta primeira sessão, destinada apenas à apresentação do Programa, prestar todos os esclarecimentos.

Primeiro, é preciso ter presente o que é um programa de governo. Nos termos constitucionais, trata-se de apresentar à Assembleia da República as principais orientações e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental. Foi isso que fizemos no Programa que apresentámos.

Não se peça, portanto, que o Programa seja coisa diferente e bem diferente, como alguns sugeriram, daquilo que constitui a obrigação constitucional.

Por outro lado, interessa também recordar que a declaração política de apresentação do Programa não é a leitura, pelo Primeiro-Ministro, desse mesmo Programa. Essa compete aos Srs. Deputados!

Aplausos do PSD.

Em nosso entender, não têm cabimento as críticas de que na minha intervenção foram omitidos sectores, que reconheço serem importantes e que estão tratados com o desenvolvimento que consideramos útil e neces-

sário nesse mesmo Programa, como, por exemplo, o sector da habitação, que aqui foi referido, ou também o sector da agricultura.

Considero que o sector da habitação é um sector crucial na nossa economia e na nossa sociedade, e isto por múltiplas razões: em primeiro lugar, porque satisfaz uma necessidade essencial da população; em segundo lugar, porque emprega muita gente; em terceiro lugar, porque é um vector essencial ao relançamento da nossa economia sem provocar desequilíbrio externo e, finalmente, por ser pequena a sua componente importada, é um sector que não está desmerecido no nosso Programa.

O mesmo acontece com o sector da agricultura, relativamente ao qual reconhecemos e sabemos não ser possível o progresso de Portugal e a sua aproximação aos conhecidos níveis de desenvolvimento dos países da Europa sem que ocorra a sua respectiva modernização e desenvolvimento. Este sector é para nós não só prioritário mas altamente prioritário!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o que se segue à apresentação do Programa do Governo, por parte do Primeiro-Ministro, é um período de esclarecimentos relativos à declaração política que produziu.

Não se trata ainda da discussão em pormenor do Programa do Governo. Essa vai ocorrer aqui, nesta Assembleia, a partir da próxima terça-feira. Aqui estaremos, eu e todo o Governo, para discutir convosco as propostas que apresentamos, para as confrontar com outras que possam ser sugeridas por todas as bancadas, porque todas elas nos merecem o maior respeito, mesmo aquelas em relação às quais temos profundas divergências ideológicas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, algumas das questões que foram suscitadas terão resposta no momento próprio, que, como disse, será a partir da próxima terça-feira.

Como muitos de vós terão oportunidade de concluir depois de realizarem uma leitura cuidada e atenta do Programa, algumas perguntas eram desnecessárias porque as respostas estão no próprio programa apresentado pelo Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao respeito pela Constituição — o que aqui foi várias vezes referido —, quero reafirmar de forma solene o que consta na declaração inicial que produzi: respeitaremos escrupulosamente a ordem constitucional, respeitaremos esta Constituição enquanto ela estiver em vigor, mas não se pode confundir o respeito pela legalidade vigente com o desejo de a alterar por outra forma de legitimidade.

Aplausos do PSD.

Foi isso o que aqui exprimimos, isto é, o desejo de ver alterada a nossa Constituição, o que tivemos o cuidado de sublinhar, de acordo com as preferências manifestadas pela maioria dos partidos políticos durante a campanha eleitoral.

Estamos conscientes de que nesta matéria importa unir e não dividir os Portugueses. Estamos conscientes de que nesta matéria é necessário conseguir um amplo consenso entre os partidos democráticos. É esse o nosso desejo, mas sem nunca usurpar aquilo que só a esta Câmara compete.

Mas não poderíamos silenciar neste momento aquilo que são as nossas convicções quanto à necessidade de compreender essa tarefa, não para bem do partido de que faço parte, mas sim para bem de Portugal, para bem dos Portugueses.

Aplausos do PSD.

Foi aqui levantada por várias vezes a referência que fiz a um novo ciclo político depois das eleições do dia 6 de Outubro.

Quis apenas sugerir que, nessas eleições, o eleitorado, mais do que pôr o acento tónico na fidelidade partidária, votou na credibilidade das propostas que lhe foram apresentadas. Em nosso entender, esta tendência vai reforçar-se.

Os políticos devem ter a consciência — eu procuro tê-la — de que os Portugueses valorizam hoje muito mais a capacidade e a competência para resolver os problemas concretos do País do que os discursos muito bonitos, as manobras palacianas e muitas outras coisas a que assistimos a seguir à conquista da liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Podiam ter sido legítimos nessa altura, depois de tantos anos de ditadura. Mas, depois das frustrações e das desilusões acumuladas, penso — aliás, o Governo pensa — que é necessário encontrar uma nova forma política de dar resposta aos anseios mais profundos da nossa população, principalmente daqueles que se encontram ainda em situações que — temos de reconhecê-lo — são situações de miséria não compatíveis com um país que quer integrar-se na Europa do Mercado Comum e que o vai fazer já a partir do próximo dia 1 de Janeiro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Além do que, se alguém ainda tivesse dúvidas sobre esse novo ciclo político, diria que basta olhar para a composição desta Assembleia e verificar que, de facto, o quadro partidário não é o mesmo.

Também pode significar que a estabilidade não reside apenas nas maiores maiorias mas antes na coerência e na eficácia. É aí que apostamos!

Aplausos do PSD.

Em relação às referências feitas de que este Governo dispõe apenas de uma maioria relativa, pergunto: será que os Srs. Deputados queriam que, depois de o Partido Social-Democrata ter ganho as eleições, ele se recusasse a governar? Seria isto que os Portugueses esperavam do Partido Social-Democrata, que ele fugisse às responsabilidades que assumiu perante o eleitorado?

Penso que não era isso o que os Portugueses esperavam. Pensei que demos a resposta que eles esperavam de nós, de acordo com o discurso que proferimos durante a campanha eleitoral.

Depois do acto eleitoral ouvimos e lemos as posições dos outros partidos.

O que fizemos depois não foi negociar uma investidura. Estamos aqui para a obter — e não estamos autóconvencidos, como foi sugerido —, estamos aqui para obter de vós a investidura parlamentar.

Responderemos às posições que outros partidos tomaram com o diálogo e, nesse sentido, convidámos todos — e, repito, todos — os partidos com assento nesta Assembleia para lhes apresentarmos, antes de vir aqui, as linhas fundamentais, as medidas mais importantes a incluir no nosso programa. Não o fizemos apenas como uma formalidade; pretendíamos aí recolher sugestões, críticas e, eventualmente, apresentar propostas que merecessem um consenso mais amplo nesta Assembleia.

Mas, Srs. Deputados, há uma coisa com que não estamos dispostos a pactuar, que é a resignação à situação de crise económica, social e moral que se tem vivido no nosso país. E é precisamente porque não estamos dispostos a pactuar com esta situação que, conscientes das dificuldades de um governo que não tem à partida uma maioria assegurada no Parlamento, o Governo está aqui manifestando a total disponibilidade para governar, para resolver os problemas do nosso país.

Tentarei responder, dentro do tempo de que disponho, a algumas das questões concretas que foram levantadas. Como disse, deixarei outras para o debate, que terá lugar na próxima semana.

Gostaria de começar por responder à insinuação que foi feita, quando analisada a estrutura do Governo, de desvalorização da qualidade de vida e da cultura. Não foi essa a ideia, a razão que nos levou a extinguir os Ministérios da Qualidade de Vida e da Cultura.

Quem perguntou se iríamos desprezar a cultura, por que não perguntou se iríamos desprezar a educação, dado que este último era Ministério da Educação e da Cultura?

Não vamos desprezar nem um nem outro. Pelo contrário, vamos valorizar ambos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se trata da absorção do Ministério da Educação pelo Ministério da Cultura, nem o inverso. Trata-se apenas de aproveitar a possibilidade de alcançar, de forma mais eficaz, os objectivos.

Aqui quero afirmar que se vai manter uma forte autonomia em relação à Secretaria de Estado da Cultura, que terá uma lei orgânica própria.

O mesmo se aplica — respondo agora ao que foi perguntado relativamente ao Ministério do Mar — no que respeita à Secretaria de Estado das Pescas: terá uma lei orgânica própria.

Quanto ao Ministério da Qualidade de Vida, ao criar o Ministério do Plano e da Administração do Território, o que precisamente se pretende é potenciar as ligações que existem entre sectores tão importantes, como sejam autarquias, recursos naturais, ambiente e protecção das reservas naturais. Pensamos ser agora mais fácil realizar essa protecção e a sua valorização.

Penso que quem faz estas críticas confunde a realização de objectivos com a dimensão dos ministérios, com o número de salas que tem ou com o número de funcionários públicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É uma concepção burocrática que rejeitamos.

Aplausos do PSD.

Foi levantada pela Sr.ª Deputada que primeiro interveio a questão das centrais nucleares.

O nosso programa é claro nessa matéria: iremos fazer a revisão do Plano Energético Nacional de 1984.

Quero, contudo, salientar que o problema energético, que é importante para o nosso país, não pode ser condido exclusivamente com o problema nuclear.

Foi dito que procuraríamos secundarizar o poder local e as autarquias. A nossa posição é, no entanto, precisamente a contrária: queremos desenvolver o poder local. Reconhecemos não só o seu contributo já dado para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento económico e social das regiões mas também o contributo que pode dar para o caminho que ainda temos a percorrer. Vamos apoia-las técnica e financeiramente, vamos procurar ligações entre os diferentes municípios para aproveitar as economias externas que interessam a esses mesmos municípios, tal como entendemos que uma nova oportunidade se lhes abre através da possibilidade de beneficiarem dos fundos comunitários.

Não concordo com a afirmação que foi feita por muitos de que o Programa do Governo é apenas uma declaração de intenções. É um Programa que define de forma muito clara as orientações e também as medidas fundamentais que propomos.

Dentro das orientações, não quero fugir à questão que foi levantada a este respeito e respondo frontalmente que atribuímos à iniciativa privada o papel de motor do nosso desenvolvimento económico.

Aplausos do PSD.

Porém, isto não significa abandonar a uma sorte dramática, como foi dito, o sector empresarial do Estado. É precisamente o contrário: queremos que esse sector seja viável, num contexto de concorrência, e aberto, que permita realizar produção, que pague aos seus fornecedores, aos seus credores e, principalmente, aos seus trabalhadores.

Aplausos do PSD.

Não acreditamos que esta nossa aposta na iniciativa privada signifique mais desemprego, mais falências e que tenha graves consequências sociais. Muito pelo contrário, é aí que pensamos encontrar a resposta ao aumento do investimento, que é indispensável para a criação de novos postos de trabalho e para a resolução duradoura do nosso desequilíbrio externo.

O Governo também não ignora a importância das pequenas e médias empresas, como foi insinuado. No nosso programa diz-se de forma clara que temos uma política global a aplicar a todas as empresas, qualquer que seja a sua dimensão. Não obstante, teremos particular cuidado com as empresas de menor dimensão, preparando-as para enfrentar melhor o desafio que representa a nossa entrada no Mercado Comum.

Foi dito que a nossa referência à desburocratização significava despedimentos na função pública, que esta era a forma de destruirmos uma máquina que temos todos que reconhecê-lo — é, de facto, gigantesca.

Portugal tinha cerca de 300 000 funcionários públicos em 1974; hoje é bem sabido que temos mais de 600 000 funcionários públicos!

Estou certo de que ninguém ousa dizer que esse aumento tão substancial do número de funcionários públicos se traduziu em melhoria correspondente do nível de vida da população portuguesa.

O que pretendemos é realizar uma reafectação dos recursos; o que pretendemos é não ter uma limitação cega à admissão de agentes da administração pública; o que pretendemos é que exista uma verdadeira mobilidade dentro do sector público para que não se tenha num departamento, numa secção, 50 funcionários a mais com uma determinada especialidade e noutro departamento, não muito distante, faltem outros 50 funcionários (ou mais) com a especialidade dos que no outro sítio estão em excesso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É preciso uma verdadeira mobilidade dentro do funcionalismo público, condição para defender os postos de trabalho.

Não queremos chegar à situação a que foram forçados muitos outros governos da Europa democrática de realizar reduções substanciais do número de funcionários. O que queremos é, através de uma política correcta, criar condições para que esses funcionários sejam dignificados e não vejam nos cidadãos alguém que reprova a sua conduta, porque os considera como inúteis. Queremos realizar a sua formação profissional e que eles sintam a cada momento que não se estão a servir a si, nem aos seus amigos, mas a população.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca levantou a dúvida quanto à nossa possibilidade de resolver todos os problemas que a economia portuguesa enfrenta até à adesão ao Mercado Comum.

Quero dizer-lhe que eu próprio estou preocupado com os atrasos, com tudo aquilo que não foi feito desde 1974 e até — podemos dizer-lo — com tudo aquilo que devia ter começado a ser feito antes para que a nossa economia pudesse enfrentar com menos preocupações a entrada no Mercado Comum, que, sendo um desafio, encerra potencialidades que, se nós, Portugueses, formos capazes de aproveitar, trarão (estou certo) a melhoria das condições de vida da população.

Por isso, o que pretendemos é actuar e tão rapidamente quanto possível. Quando fiz a declaração política exprimi esse desejo de começar a trabalhar, e já.

Demos já o exemplo, mas queremos acelerar o nosso passo, o que faremos depois do debate do Programa do Governo aqui, na Assembleia da República, para que a adesão ao Mercado Comum consiga trazer para todos os portugueses aquilo que os partidos democráticos esperavam quando apoiaram o pedido que foi feito por um partido, que neste momento não está no Governo, mas com o qual os outros se solidarizaram, da adesão a esse espaço, que não é só um espaço económico mas também de democracia e liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Várias vezes foi dito que durante a campanha eleitoral tinha defendido a renegociação dos acordos com a CEE.

Porém, isso não corresponde à verdade. Nunca utilizei a expressão «renegociação dos acordos» porque sei que, nessa matéria, não estão em causa conveniências partidárias, mas sim interesses superiores do País.

Respeitaremos os textos, o que não significa que, dentro das instituições comunitárias, não procuremos defender com todas as nossas forças os interesses do País e conseguir todos os ajustamentos que forem convenientes e possíveis de alcançar.

É dessa forma que iremos actuar e é fundamental que consigamos aquilo que referi na minha intervenção e que aqui outros Srs. Deputados reforçaram, isto é, não sermos um contribuinte líquido para a Comunidade Económica Europeia.

Não faria sentido, em todos os planos, que o país menos desenvolvido desse grupo de países viesse a ser, afinal, um contribuinte para os outros que são mais ricos.

A forma de garantir isto é aumentar a nossa capacidade para utilizar os fundos que potencialmente estão à nossa disposição e, para isso, penso que a estrutura encontrada para o Governo dará uma contribuição.

A criação do Ministério do Plano e da Administração do Território, que terá uma atenção particular em relação aos Fundos de Desenvolvimento Regional, numa articulação e coordenação adequadas com o Ministério das Finanças, permitirá que Portugal utilize os fundos que são colocados à sua disposição.

Colocaram-nos a interrogação sobre o que entendíamos por flexibilização do funcionamento da economia e sugeriram imediatamente que se tratava de lançar milhões de trabalhadores no desemprego.

Quero, contudo, esclarecer que a nossa intenção é precisamente a contrária. Consideramos que a rigidez que neste momento se verifica no mercado do trabalho, como em muitos outros da nossa economia, atinge e é prejudicial principalmente para os trabalhadores, sendo profundamente injusta, porque impede a criação de postos de trabalho.

Podemos fazer belos discursos por essa Europa fora, dizendo que a nossa legislação laboral é aquela que melhor defende os interesses dos trabalhadores. Há, porém, uma coisa que não conseguimos dizer nessas assembleias, nessas discursões pela Europa fora: que em Portugal o poder de compra dos salários não baixou; que em Portugal o desemprego não aumentou. Era isto o que gostaria que os dirigentes dos partidos e os governantes pudessem anunciar quando fossem lá fora ou mesmo cá dentro: que o poder de compra dos salários aumentou; que o número de postos de trabalho também aumentou, e não aquilo a que temos vindo a assistir nos últimos anos.

É pensando nesses que consideramos ser essencial introduzir uma maior flexibilidade no funcionamento da nossa economia.

Não tememos as tensões sociais. Pelo contrário, pensamos que daí virá uma contribuição para a sua diminuição.

Mas como é que num país pode existir estabilidade social quando os salários caem em 2 anos cerca de 15%? Mas como é que num país se pode dizer que há estabilidade social, como foi dito, quando existem 470 000 desempregados, quando o número de jovens

à procura do primeiro emprego andá, com certeza; pela ordem dos 200.000?

Nessas situações não existe estabilidade social e é por isso mesmo que não podemos ter medo. E a população exige-nos que tenhamos a coragem de tomar todas as medidas que possam fazer face, com eficácia, a este problema que temos no nosso país.

O mesmo se aplica a um problema que só existe em Portugal, o dos salários em atraso: É é bom que nos interroguemos por que é que só existe entre nós, com uma legislação que dizem proteger tão eficazmente os trabalhadores. Mas o que é que acontece em qualquer país quando uma empresa não consegue realizar produção que permita pagar a fornecedores e trabalhadores? Ou a empresa reduz a força do trabalho que tem, numa tentativa de alcançar a sua viabilidade, ou vai à falência ou não paga a quem deve, e aos trabalhadores.

Nos outros países há empresas que vão à falência, há empresas que reduzem a força de trabalho, mas não há situações de salários em atraso. Em Portugal, não é assim: quase não há empresas que vão à falência, quase não há empresas que reduzem a força do trabalho, o que há é muitas que não pagam salários!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em relação ao sector da habitação, que há pouco já referi, foi perguntando para quem iam as vantagens da redução dos custos, que nós nos promossem realizar.

Quero dizer a todos os portugueses que não contamos, como foi aqui sugerido, que seja apenas pelo mercado do arrendamento que se vai conseguir a dinamização do sector. Está claro no nosso Programa que confiamos noutros instrumentos.

Foi posta a interrogação sobre como iríamos fazer face ao colectivismo, no sentido da estatização que se verifica, em grande parte, na nossa economia.

Quando apostamos, de forma clara, na iniciativa privada estámos ao mesmo tempo a acrescentar que pretendemos reduzir o peso do sector público, visando a redução dos meios de financiamento que têm sido por ele absorvidos e, ao mesmo tempo, realizando as operações que são necessárias para a viabilização desse sector.

Mas não podemos aceitar a insinuação, que imediatamente a seguir foi feita, de que temos um projecto de poder (só faltou dizer que tínhamos um projecto de poder pessoal), que éramos uma perigosa tentação de poder. Não! Queremos ser um governo, um governo pragmático, mas é óbvio que não prescindimos da nossa ideologia!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas não restam dúvidas, como disse na minha intervenção, que recusamos todos os extremismos. Não afirmamos que toda a propriedade tenha de ser pública mas dizemos, de forma muito clara, que têm de se seguir critérios económicos e de eficiência e não critérios revolucionários que, tem de se ter em vista consideração os custos e benefícios sociais que justificam que, nalguns casos, a propriedade e exploração seja pública.

Penso que não existiu uma contradição no meu discurso quando referi a necessidade de se proceder à modernização da Administração Pública e à extinção da Secretaria de Estado da Reforma Administrativa. Penso que aqui está um bom exemplo de como conseguir «melhor Estado com menos Estado». Creio que com menos Estado, com menos direcções-gerais de uma Secretaria de Estado da Reforma Administrativa, vamos conseguir obter uma melhor Administração Pública.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Até aqui duvido de que alguém nesta Sala possa dizer que se realizou grande trabalho no sentido da reforma e da modernização da nossa Administração Pública e não foi por falta de um ministério (porque ele já existiu!), nem foi por falta de uma secretaria de Estado (porque ela tem existido, quase sempre). Talvez seja porque esse ministério ou essa secretaria de Estado absorveram rapidamente tudo aquilo que não é reforma, tudo aquilo que é empecilho à realização da verdadeira modernização da Administração Pública.

O que se irá fazer é a separação entre o que é a gestão dos recursos humanos da função pública — que ficará no Ministério das Finanças — e aquilo que é função de modernização, que será matéria de preocupação de um secretariado leve, com imaginação, com especialistas, no sentido de, através de experiências-piloto e não o pretendendo fazer de um momento para outro, transformar tudo aquilo que se passa na nossa Administração. Esse secretariado funcionará junto da Presidência do Conselho de Ministros precisamente para aí adquirir a força necessária para levar a sua acção a todos os ministérios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi posta a dúvida sobre como conseguir o objectivo da inflação de 14% no próximo ano. E foi até insinuado que isso era algo semelhante ao que foi feito em 1980, através de processos artificiais.

Desde já vos quero dizer que rejeito totalmente que, no ano de 1980, em que a inflação atingiu o valor de 16,6% (o mais baixo verificado desde 1974), os instrumentos utilizados não tenham sido os mais adequados e que a política prosseguida, para alcançar esse objectivo, não tenha sido a mais correcta.

É o mesmo vai ser feito agora, não através do controle administrativo dos preços, já que o rejeitámos então e continuamos a rejeitá-lo. Sabemos que não é através de controles administrativos que se consegue, de forma sustentável e duradoura, controlar a inflação. Não será esse o nosso caminho, confiamos noutros instrumentos, temos à nossa disposição a política fiscal, a política cambial, a política de crédito e ainda actuações no domínio da política de rendimentos e preços, visando reduzir os custos unitários de produção.

A nossa posição em relação aos partidos da oposição penso que já foi claramente explicitada, não só no discurso de tomada de posse mas também hoje no Parlamento. Pretendemos manter um diálogo saudável, e não apenas formal, com os partidos da oposição e deles um exemplo em relação ao Programa aqui hoje apresentado.

Mas também me comprometi hoje, na linha do que tinha dito na campanha eleitoral, que outros passos serão dados no futuro. Defendemos o cumprimento das promessas, quando estamos na oposição, quando estamos na vida normal, quando estamos no Governo, quando estamos na política, e é assim que iremos pautar a nossa conduta.

No que diz respeito a todos aqueles aspectos — mesmo não constando do Estatuto do Direito de Oposição — em relação aos quais seja necessário ou conveniente para os interesses do País obter um largo consenso, não deixaremos de fazer um esforço de diálogo, mesmo que os outros não respondam positivamente.

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em relação ao problema das leis eleitorais, levantado pelo Sr. Deputado Luís Beiroco, quero dizer que, em cada momento, cumprimos a Constituição vigente.

Temos uma Constituição que impõe alguns limites à alteração da Lei Eleitoral em vigor e temos consciência — muito clara — de que esse é um problema da Assembleia da República e, como tal, não quisemos, com a nossa referência, imiscuirmo-nos na sua competência. Apenas exprimimos uma posição, o nosso ponto de vista. A resposta definitiva competirá à Assembleia da República: ou avançar já, durante a vigência da Constituição, ou esperar para depois da revisão constitucional. Mas isso depende, como é óbvio, daquilo que pensa esta Assembleia sobre o momento adequado para realizar a revisão constitucional. É que se, como muitos disseram na campanha eleitoral, a revisão constitucional for feita já em 1986, talvez seja de realizar só com a nova Constituição a alteração da Lei Eleitoral. Este é um ponto de vista ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em relação a muitos dos pontos que levantámos e que referi no meu discurso e a outros que omisi, foi dito pelo deputado Jerónimo de Sousa que andávamos aos ziguezagues.

Quero-lhe dizer — e respondendo frontalmente, já que me desafiou na sua quarta pergunta — que o nosso caminho será sempre em linha recta!

Aplausos do PSD.

E não faremos guerra, como disse, contra a Constituição. Aliás, não a faremos contra ninguém, só faremos guerra contra a fome e contra a ignorância do nosso país!

Aplausos do PSD.

Pensamos que as propostas que apresentamos no nosso programa relativas ao problema dos salários em atraso permitem responder a esse grave problema social. Mas não pensamos, como outros, que é possível manter permanentemente empresas que são inviáveis, hoje e no futuro, à custa dos seus trabalhadores, à custa daqueles que pagam impostos, à custa daqueles que não fogem a esses impostos e que são sempre os mesmos, aqueles que trabalham!

Aplausos do PSD.

Foi dito que íamos hostilizar os trabalhadores, mas que eles não iriam deixar de lutar contra este Governo.

Não vamos hostilizar os trabalhadores e não acreditamos na afirmação que foi feita a seguir. E isto por uma única razão: pretendemos resolver os seus problemas e é principalmente por eles que estamos aqui.

Aplausos do PSD.

Temos uma política de taxas de juro, tal como temos uma política cambial, que não irei hoje desenvolver. Quero, no entanto, corrigir um ponto: disseram aqui que em 1980 tinha baixado a taxa de juro, aproveitando a queda do dólar. A correção que quero fazer é a seguinte: não só em 1980 não foi alterada a taxa de juro, como em 1980 o dólar não caiu mas subiu!

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não foi isso que se disse. Estamos a falar de agora!

O Orador: — Em relação ao problema do Ministério do Plano e da Administração do Território, levantado pelo deputado Correia Gago, que sugeriu que a função de planeamento iria ser secundarizada, permitam-me que exprima a minha discordância. O que se pretende é conseguir uma maior coordenação de todos aqueles aspectos que devem estar presentes na função de planeamento. Não é possível fazer o planeamento global esquecendo os objectivos no domínio regional, e se nós queremos fazer um planeamento que não considere apenas a quantidade mas também a qualidade...

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... então, penso que é correcto que próximo dela esteja a função «cuidar do ambiente» e «cuidar do ordenamento».

Aplausos do PSD.

E o mesmo se passa no campo da investigação: a Secretaria de Estado da Investigação Científica tem uma função coordenadora da investigação e todos os cientistas têm reconhecido a necessidade dessa coordenação passar dos discursos à prática.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que se pretende com a criação desta Secretaria de Estado é que Portugal aproveite melhor os recursos que tem à sua disposição para a investigação e que os aumente de forma a que haja maior eficácia em todos os projectos que ao País interesse realizar.

Foi posta a dúvida sobre como é que o Ministério do Plano e da Administração do Território conseguia ter uma palavra decisiva ou, pelo menos, importante no desenvolvimento do País se não tem recursos financeiros.

O Orçamento está no Ministério do Plano e da Administração do Território e quero recordar que a variável mais importante (ou, pelo menos, uma das mais importantes) para o desenvolvimento do País é a variável investimento e é no Plano que vão ficar não só

os investimentos do sector público administrativo, mas também os investimentos a realizar no sector empresarial do Estado.

Ora, tendo esse Ministério uma influência decisiva na preparação dos projectos a apresentar às Comunidades para beneficiar das ajudas do Fundo de Desenvolvimento Regional, penso que por essa forma ele poderá realizar cabalmente a sua função de desenvolvimento.

Quero ainda acrescentar que é importante que um Primeiro-Ministro de um governo tenha a oportunidade de arbitrar entre a função de desenvolvimento e a função de estabilização — aquela que de facto tem dominado nos nossos governos — com a ligação, no mesmo ministério, do planeamento e dessa actividade voltada para a correcção dos desequilíbrios das nossas contas externas.

Também pensamos o contrário em relação à cooperação. Propõe-se este Governo reforçar a cooperação com os países de língua oficial portuguesa e isso já foi mesmo reconhecido por membros que representam esses países. A nossa intenção é a de avançar decisivamente nesse campo, sem interferir nos sistemas políticos escolhidos por esses povos e com respeito total pela sua soberania.

Portanto, não significa a banalização da cooperação o facto de existir uma Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação; significa, sim, o peso que o próprio Ministro atribui a essa actividade governamental.

Em relação ao turismo e à juventude, queremos dizer que não está um sector na mão direita e o outro na mão esquerda. Aos dois, tal como a todas as actividades, nós lançamos as nossas duas mãos.

Aplausos do PSD.

Foi perguntado se o objectivo inflação de 14% apresentado se referia à média de 12 meses ou à comparação entre um mês de Dezembro e o mês de Dezembro anterior. De acordo com aquilo que se pode antecipar neste momento — e, como o Sr. Deputado Ivo Pinho sabe, isto dependerá da evolução temporal do índice de preços no consumidor —, pensamos que talvez não sejam grandes as diferenças entre a média e a comparação de Dezembro sobre Dezembro. Mas isto é algo a que é impossível, neste momento, responder com precisão.

Quero também dizer que o Governo não defende uma norma salarial imperativa, o que não quer dizer que não tenha uma política salarial e não tente persuadir todos os parceiros sociais, sindicatos e associações patronais para que se consiga um objectivo que interessa a toda a população portuguesa, que é o da redução da inflação e do aumento do custo de vida que tem vindo a verificar-se, o que exige uma política salarial. Nós te-la-emos, mas será uma política que, não utilizando como instrumento uma norma salarial imperativa, tem algumas indicações e visa garantir o aumento do poder de compra dos salários.

Pelo menos dois deputados interrogaram-nos sobre o que é que entendíamos pelo facto de referirmos que os Açores e a Madeira terão dois deputados no Parlamento Europeu. Não quero aqui invocar aquilo que o Partido Social-Democrata já decidiu — porque é matéria partidária e não do Governo —, mas quero dizer que este Governo, na linha do governo anterior, to-

mará a iniciativa de apresentar a esta Assembleia uma proposta de lei que considere os Açores e a Madeira como círculos eleitorais. Era isso que queríamos dizer.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Roberto Amaral, permita-me que discorde de afirmação que fez de que com os governos da Aliança Democrática as populações dos Açores foram prejudicadas e ficaram insatisfeitas. A minha convicção, embora possa ser diferente da do Sr. Deputado, que respeito, é precisamente a contrária. Fizemos aquilo que era possível na transferência de recursos financeiros, expressando a nossa solidariedade, em sentido amplo, como agora foi afirmado na minha intervenção, e isso foi reconhecido pelas populações. A prova disso está no apoio que têm concedido ao Partido Social-Democrata, não só nas eleições regionais, mas também nas eleições para a Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

Reafirmo, ao responder ao Sr. Deputado José Carlos de Vasconcelos, que não era nem é intenção do Governo intrometer-se nas competências da Assembleia da República em todas as matérias e, de forma particular, em relação à revisão constitucional. Penso que já esclareci a minha posição.

Mas, depois, foi dito que talvez pretendêssemos com isto encontrar um álibi para a não realização dos objectivos que nos propomos. Não gostamos de álibis, assumimos as nossas responsabilidades, o que não quer dizer que não esperemos que os outros assumam também as suas.

Aplausos do PSD.

E somos daqueles que reconhecem que muito poderia ter sido feito mesmo com a Constituição que está em vigor, porque não esqueço que em 1980, com uma Constituição que impunha ainda maiores bloqueios, já que existia um conselho da revolução, foi possível dar passos em frente, passos que considero significativos.

Mas também queremos reconhecer que será mais difícil resolver alguns problemas com a Constituição que temos. Não é apenas o Governo que reconhece isso, mas praticamente todos os partidos que estão aqui, porque, durante a campanha eleitoral, muitos — direi quase todos — tiveram oportunidade de afirmar que era necessário eliminar alguns bloqueios que impediam a realização mais eficaz de alguns dos nossos objectivos e uma resposta mais rápida a alguns dos nossos problemas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quero dizer-vos que, se é um desejo do Governo o de que essa revisão seja realizada, a vós compete a decisão; e, se ela não for realizada no sentido que consideramos correcto, não seremos nós, Governo, que seremos atingidos; mas sim, e de forma particular, os Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Medeiros Ferreira inquiriu-nos sobre a concepção federalista ou não da nossa política externa. Queria esclarecer aqui que se demos ênfase às relações no âmbito das Comunidades

Europeias, o fizemos porque é um facto novo; porém, não deixaremos de cuidar de vários tipos de relações bilaterais, de forma especial em relação à Espanha.

Estamos conscientes de que pela primeira vez Portugal e Espanha estarão inseridos no mesmo espaço político. Isso cria novas possibilidades mas cria também novas responsabilidades.

No fundo, continuaremos na linha daquilo que governos anteriores têm feito. Aliás, em matéria de política externa não são grandes as divergências entre os partidos democráticos e é bom que assim seja.

No caso específico que foi mencionado em relação aos países africanos de expressão oficial portuguesa, embora se deva ter em conta a sua componente global, não podemos deixar de ter em atenção as especificidades próprias de cada um.

Relativamente a uma pergunta muito concreta do Sr. Deputado António José Marques Mendes, quero dizer que o Governo tem 90 dias para apresentar o seu Orçamento, mas que, tal como o fez na apresentação do Programa, espera não esgotar esse prazo. Espero que daqui a pouco tempo o Parlamento seja confrontado com a nossa proposta de Orçamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado António Feu, dei a resposta logo no início, naquilo que se refere quanto à Secretaria de Estado das Pescas. Ela terá uma lei orgânica própria e gozará de uma profunda autonomia.

Também quero dizer que não nos consideramos portadores da exclusividade da boa-nova. É por isso que confrontamos as nossas propostas com as das outras forças políticas e sociais (em relação a estas, manifestámos igualmente a nossa disposição para o diálogo).

Foram colocadas várias questões em relação à nossa conduta quanto aos gestores públicos. Não alterámos a nossa posição em relação àquilo que exprimimos na campanha eleitoral. Entendemos que um governo tem de privilegiar a competência e a capacidade das pessoas para exercer os cargos, a fim de que os exerçam sempre ao serviço da colectividade.

Em relação à comunicação social, também não alterámos nada: isenção, apartidarismo e pluralismo nessa mesma comunicação social.

Se tivesse já no bolso e aqui vos viesse trazer uma nova equipa de gestores para a Televisão, seria a prova de que estava a actuar contrariamente àquilo que eu próprio defendo.

Nesta matéria, como noutras, a nossa intenção é a privilegiar a competência, a capacidade e a isenção, criando condições para que o Estado saia sempre dignificado através do exercício do poder.

Vou terminar com a questão da moção de confiança, levantada por muitos. Não perguntei antecipadamente se iam apresentar uma moção de rejeição, embora alguns o tenham declarado previamente antes do debate.

Quero dizer-vos que a moção de confiança constitui uma faculdade conferida ao Governo nos termos constitucionais. Compete a ele decidir se a utiliza ou não. O Governo cumpriu a sua obrigação, ou seja, apresentou o seu Programa e cabe agora à Assembleia da República apreciá-lo e o eleitorado vai julgar-nos a todos nós. Porém, sabemos que o que o povo português espera de nós neste momento é que o governemos, e bem. É para isso que estamos aqui.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Está terminada a primeira fase respeitante à apreciação do Programa do Governo.

Na próxima reunião terá início o debate sobre o Programa do Governo, segundo a metodologia os tempos que foram definidos ao abrigo do disposto no artigo 146.º, em conformidade com o n.º 2 do artigo 223.º, ambos do Regimento. Essa reunião vai ter lugar na próxima terça-feira, dia 19, às 10 horas.

Quero ainda convidar os senhores representantes dos grupos parlamentares para uma reunião de líderes na próxima segunda-feira, dia 18, às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 5 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António d'Orey Capucho.
Francisco José P. Pinto de Balsemão.
Joaquim Eduardo Gomes.

Partido Socialista (PS):

António Antero Coimbra Martins.
Armando António Martins Vara.

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete Santos.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

José Manuel do Carmo M. Tengarrinha.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando José Alves Figueiredo.
Francisco Jardim Ramos.
Luís Costa Geraldes.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
António Carlos Ribeiro Campos.
Carlos Manuel N. da Costa Candal.
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
José Manuel Torres Couto.
Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
Rui Fernando Pereira Mateus.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Campos Rodrigues Costa.

Centro Democrático Social (CDS):

João Gomes de Abreu de Lima.
Joaquim Rocha dos Santos.
Narana Sinai Coissoró.
Pedro José Del Negro Feist.

AS REDACTORAS: Ana Maria Marques da Cruz —
Maria Amélia Martins.

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

PREÇO DESTE NÚMERO 96\$00